



SUMÁRIO



ARTIGOS

- 3 **Do Estado-nação à autonomia-nação: desafios ao conceito de soberania**
From the nation-state to the nation-autonomy: challenges of the sovereignty concept
FILIPE LUIS DE VASCONCELOS ROMAO
- 10 **O futuro nebuloso da cooperação sino-brasileira na área de satélites**
The cloudy future of China-Brazil cooperation in Earth Resources Satellites
LANA BAUAB BRITO
- 18 **Mali, um Estado sub-representativo de sua sociedade**
Mali, a misrepresentative government of its society
EMILIANO UNZER MACEDO
- 25 **As negociações internacionais do Brasil em cooperação militar contemporâneas: o caso aeronáutico com a França**
Brazilian international negotiations in military contemporary technical cooperation: the aeronautical case with France
MAYARA DRUMMOND BORGES; KLEBER CARLOS RIBEIRO PINTO
- 33 **Um começo germanófilo: 100 anos da Revista A Defesa Nacional**
A germanophile beginning: 100 years of *A Defesa Nacional* Review
THIAGO TREMONTE DE LEMOS

RESENHAS

- 39 **From the Ruins of Empire. The intellectuals who remade Asia**
OLIVER STUENKEL
- 41 **Mundo 3.0: como alcançar a prosperidade global**
DIEGO TRINDADE D'ÁVILA MAGALHÃES
- 43 **A intervenção dos EUA no Iraque: uma visão a partir do discurso**
AUREO DE TOLEDO GOMES; TAINAH ESPÍNDOLA

Boletim Meridiano 47 é uma publicação bimensal em formato digital do Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI) dedicada a promover a reflexão, a pesquisa e o debate acadêmico sobre os temas da agenda internacional contemporânea.

© 2000-2013 Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – Todos os direitos reservados. As opiniões expressas nos trabalhos aqui publicados são da exclusiva responsabilidade de seus autores e não traduz a opinião ou o endosso do IBRI.

Política Editorial

O *Boletim Meridiano 47* publica contribuições inéditas de professores e pesquisadores, na forma de artigos científicos focados em temas da atualidade internacional e estudos de áreas geográficas e resenhas de livros.

Editado pelo Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – IBRI, o Boletim não traduz o pensamento de qualquer entidade governamental e nem se filia a organizações ou movimentos partidários nacionais ou estrangeiros.

Boletim Meridiano 47 é uma publicação bimensal, publicada em formato digital. O Boletim publica trabalhos cuja temática se situe na grande área de Relações Internacionais, em que se compreende Política Internacional e Comparada, Direito Internacional, História das Relações Internacionais e da Política Exterior e Economia Política Internacional.

Todas as contribuições serão submetidas a arbitragem científica, em sistema de duplo cego (*blind review*). A publicação de contribuições será sempre amparada pelas recomendações do Conselho Editorial e pela análise dos pareceres produzidos.

Como contribuir

1. O Boletim publica artigos científicos e resenhas de livros;
2. Os artigos devem conter entre 20 mil e 25 mil caracteres (incluindo espaços) e as resenhas de livros devem conter cerca de 6 mil caracteres (espaços inclusive);
3. As notas de rodapé restrinjam-se a esclarecimentos adicionais ao texto;
4. A bibliografia deve ser citada de acordo com o sistema Chicago (Autor, data), referenciando a literatura citada ao final do texto;
5. As contribuições devem ser inéditas e podem ser submetidas em português, inglês ou espanhol;
6. As contribuições devem conter o nome completo do autor, sua titulação e filiação institucional;
7. No caso de resenhas de livros, devem ser informados os dados completos e o ISBN da obra analisada;
8. As contribuições devem vir acompanhadas de:
 - a. 3 palavras-chave em português e 3 key words em inglês;
 - b. Título em inglês;
 - c. Resumo em português e abstract em inglês, ambos com até 50 palavras.
9. O autor deve declarar, no formulário de submissões, que é único responsável pelo conteúdo da contribuição apresentada ao Conselho Editorial do *Boletim Meridiano 47*;
10. O autor deve declarar, no formulário de submissões, que o conteúdo da contribuição não possui nada que possa ser considerado ilegal, difamatório ou que provoque qualquer conflito de interesse ou que possa interferir na imparcialidade da obra apresentada.

Todas as contribuições serão submetidas a arbitragem científica, com avaliação de pelo menos dois pareceristas, escolhidos entre os membros do Conselho Editorial ou da comunidade científica especializada, em sistema de duplo cego (*blind review*). Neste processo o anonimato dos autores e dos pareceristas é garantido.

O processo de análise editorial se estende por cerca de 30 (trinta) dias úteis e os artigos aprovados são imediatamente publicados no site do Boletim (<http://www.meridiano47.info>) e depois consolidados na edição em formato pdf, lançada até o final do mês subsequente.

As submissões se fazem por intermédio de formulário específico, acessível em <http://meridiano47.info/como-publicar/>.

Indexação

Os artigos publicados neste veículo estão sumarizados e indexados nos seguintes serviços internacionais / Articles appearing in this journal are abstracted and indexed in the following international services:

Clase – Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades, CSA Worldwide Political Science Abstracts, Francis, Index Islamicus, International Bibliography of Periodical Literature in the Humanities and Social Sciences – IBZ, International Political Science Abstracts, International Security & Counter-Terrorism Reference Center, Peace Research Abstracts, Political Science Complete, Public Affairs Index, Advanced Placement Government & Social Studies Collection, Academic One File, Social Sciences Abstracts, Academic Search Alumni Edition, Academic Search Clase – Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades, CSA Worldwide Political Science Abstracts, Francis, Index Islamicus, International Bibliography of Periodical

Literature in the Humanities and Social Sciences – IBZ, International Political Science Abstracts, International Security & Counter-Terrorism Reference Center, Peace Research Abstracts, Political Science Complete, Public Affairs Index, Advanced Placement Government & Social Studies Collection, Academic One File, Social Sciences Abstracts, Academic Search Alumni Edition, Academic Search Complete, Academic Search Elite, Academic Search Premier, Current Contents of Periodicals on the Middle East, Current Geographical Publications, Expanded Academic ASAP, Fonte Acadêmica Fuente Académica, Fuente Académica Premier, Handbook of Latin America Studies – Library of Congress, Humanities International Index, Informe Académico, Informe Revistas en Español, InfoTrac Custom (Cengage Gale), RePEC: Research Papers in Economics, Scimago Journal & Country Rank, Social Science Research Network (SSRN), Social Sciences Abstracts, SocINDEX, SocINDEX with Full Text, TOC Premier, Ulrich's Periodicals Directory, World History Abstracts, World Scholar: Latin America and the Caribbean, e-Revistas, Cabells Economics and Finance Directory, Directory of Open Access Journals – DOAJ, Geodados, Google Scholar, Latin American Periodicals Tables of Contents (LAPTOC), Latin Americanist Research Resources Project (LARRP), OAIster, Portal Periódicos Capes, Recent Science Index, Scholarly Journals Index, Scientific Commons, Scientific Publications Index, Scientific Resources Database, Scirus, Social Science Information Gateway (SOSIG), Sociological Abstracts, Sumários de Revistas Brasileiras, Summon Content & Coverage, UNESCO – DARE Database – International Social Sciences Directory, World Affairs Online – German Institute for International and Security Affairs, Worldcat, Academia.edu, Academic Journals Database, Academic Papers Database, Bielefeld Academic Search Engine – BASE, Cibera, Contemporary Research Index, Current Index to Scholarly Journals, DataIndice, Digital Journals Database, Directory of Academic Resources, Elektronische Zeitschriftenbibliothek, Elite Scientific Journals Archive, European Information Network on International Relations and Area Studies, History Journals, IBCI, Infomine – Scholarly Internet Resources Collections, Intute, Journal Tables of Contents – Journal TOCS, La Críée: Périodiques en Ligne, Latindex, LivRel, Mundorama, Newjour, Open J-Gate, Public Knowledge Project – Open Archives Harvester, SOCULAR, SUDOC – Le catalogue du Système Universitaire de Documentation, WorldWideScience.org, hbz-Verbunddatenbank.

O que é o IBRI

O Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – IBRI, organização não-governamental com finalidades culturais e sem fins lucrativos, tem a missão de ampliar o debate acerca das relações internacionais e dos desafios da inserção do Brasil no mundo. Fundado em 1954, no Rio de Janeiro, e transferido para Brasília, em 1993, o IBRI desempenha, desde as suas origens, importante papel na difusão dos temas atinentes às relações internacionais e à política exterior do Brasil, incentivando a realização de estudos e pesquisas, organizando foros de discussão, promovendo atividades de formação e atualização e mantendo programa de publicações, em cujo âmbito edita a *Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI*.

Presidente de Honra: José Carlos Brandi Aleixo

Diretor Geral: Pio Penna Filho

Diretoria: Carlos Eduardo Vidigal, Tânia Maria Pechir Manzur, Thiago Gehre Galvão
Para conhecer as atividades do IBRI, visite <<http://www.ibri-rbpi.org>>

Expediente

Editor: Antônio Carlos Lessa

Editor-adjunto: Virgílio Araaes, Pio Penna Filho

Secretaria: Leonardo Carvalho Leite Azeredo Bandarra

Conselho Editorial

Amine Ait-Chaalal (Université Catholique de Louvain, Bélgica), Amado Luiz Cervo (Universidade de Brasília, Brasil), Andrés Malamud (Universidade de Lisboa, Portugal), Carlos Milani (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil), Cristina Soreanu Pecequilo (Universidade Estadual Paulista, Brasil), Eugênio Diniz (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Brasil), Estevão Chaves de Rezende Martins (Universidade de Brasília, Brasil), Francisco Doratioto (Universidade de Brasília, Brasil), Gladys Lechini (Universidad Nacional de Rosário, Argentina), Haibin Niu (Shanghai Institute for International Studies, China), James Green (Brown University, Estados Unidos), Jean Daudelin (Carleton University, Canadá), João Pontes Nogueira (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil), Lincoln Bizzozero (Universidad de la República, Uruguay), Marcelo Coutinho (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil), Marcelo de Almeida Medeiros (Universidade Federal de Pernambuco, Brasil), Marco Cepik (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil), Marcos Guedes de Oliveira (Universidade Federal de Pernambuco, Brasil), Maria Helena Guimarães (Universidade do Minho, Portugal), Miriam Gomes Saraiva (Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil), Nizar Messari (Al Akhawayn University in Ifrane, Marrocos), Pio Penna Filho (Universidade de São Paulo, Brasil), Paulo Luiz Esteves (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil), Steen Fryba Christensen (Aalborg University, Dinamarca), Rafael Duarte Villa (Universidade de São Paulo, Brasil) Virgílio Caixeta Araaes (Universidade de Brasília, Brasil).

Do Estado-nação à autonomia-nação: desafios ao conceito de soberania

From the nation-state to the nation-autonomy: challenges of the sovereignty concept

Filipe Luís de Vasconcelos Romão*

Boletim Meridiano 47 vol. 14, n. 136, mar.-abr. 2013 [p. 3 a 9]

Introdução

O nacionalismo tem sido uma das forças dominantes nas políticas nacionais e na política internacional desde o século XIX. As unificações de Estados como a Alemanha e a Itália, as duas guerras mundiais ou um conjunto variado e geograficamente disperso de revoluções, que moldaram o sistema internacional tal como o conhecemos, são indelevelmente marcados por fenómenos relacionados com o nacionalismo. Mesmo que, durante a Guerra Fria, o nacionalismo passe a um plano subalterno face ao conflito ideológico que põe frente a frente o bloco ocidental, liderado pelos Estados Unidos da América, e o bloco de leste, capitaneado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, a sua importância volta a ganhar relevância com o final deste período. Os processos de desmantelamento das federações soviética e jugoslava foram especialmente importantes para a recuperação do seu protagonismo.

Por outro lado, o Estado-nação, forma ambicionada pela esmagadora maioria dos nacionalistas para materializar as ambições políticas da sua identidade, continua a ser o principal ator do sistema internacional. Porém, este ator mudou, e as suas dinâmicas internas influenciam o contexto internacional em que se insere e são influenciadas por este. A nação continua a ser determinante na definição e constituição de um Estado? Os nacionalismos transformaram-se ou têm mantido alguma inflexibilidade face à evolução do quadro político internacional e doméstico? Há novas possibilidades de materialização política das identidades nacionais ou estas continuam a não prescindir do Estado? A pertinência de tentar responder a todas estas questões, entre muitas outras, demonstra a importância do contributo dos estudos em torno do nacionalismo.

O nacionalismo não pode ser observado como um fenómeno excêntrico ou atípico, que só marca presença em fenómenos violentos ou em manifestações radicais. As identidades nacionais fazem parte dos Estados democráticos que, na sua esmagadora maioria, continuam a contar com uma base identitária. Quando esta base é plural, ou seja, quando comporta mais do que uma identidade dentro das suas fronteiras, a democracia pode fornecer os instrumentos necessários para canalizar os conflitos que possam decorrer dos vários nacionalismos presentes, como tem sido visível nos casos da Escócia no Reino Unido ou da Catalunha em Espanha.

Estado-nação tradicional e soberania

O Estado-nação tem sido a principal unidade política do sistema internacional nos últimos 200 anos, funcionando o Estado como a estrutura do poder político e a nação como o seu conteúdo. Independentemente do julgamento

* Investigador de pós-doutorado no Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Portugal – (vasconcelosromao@gmail.com)

que possamos fazer em relação ao facto do Estado-nação ser uma causa ou uma consequência do nacionalismo, deve reconhecer-se que este está no centro da atividade dos sistemas políticos nacionais e internacional nos últimos dois séculos, fruto de dois momentos históricos que, embora diferenciados, se complementam como bases deste quadro: a denominada “Paz de Vestefália”, em meados do século XVII, e o “despertar das nações europeias”, a partir de finais do século XVIII.

João Gomes Cravinho considera que os Tratados de Vestefália, assinados em 1648 com o objetivo de pôr fim à Guerra dos Trinta Anos, simbolizam a “inauguração da modernidade nas relações internacionais”, que se materializa numa “nova ordem internacional baseada em entidades territoriais distintas e autónomas” (2002: 60 e 62). Estas não são mais do que os Estados modernos, que são dotados de uma dupla qualidade: “superioridade interna e insubmissão externa”, o que consubstancia o princípio da soberania, ao qual está subordinada esta nova ordem (Cravinho, 2002: 63). Vestefália fornece-nos, assim, o Estado soberano como grande ator internacional. No entanto, os primeiros grandes impulsos a favor da coincidência entre a nação e o Estado só irão ocorrer no final do século seguinte, em 1789, com a Revolução Francesa e com o posterior desenvolvimento do nacionalismo alemão (Berstein e Milza, 1997: 154).

O facto deste modelo de organização permanecer, em linhas gerais, consideravelmente atual, não é sinónimo de imobilismo. Apesar do Estado manter o estatuto de principal ator político, registaram-se algumas mudanças que acabaram por ter consequências para a estrutura do sistema internacional. Julgamos importante assinalar três, profundamente relacionadas entre si: a emergência de atores não estatais, como as organizações internacionais, as organizações não-governamentais ou os grupos empresariais multinacionais; o dinamismo e a flexibilidade demonstrados pelo conteúdo do princípio da soberania; e a redefinição interna dos próprios Estados, que, nas últimas décadas, começaram a demonstrar um maior grau de heterogeneidade interna, abandonando uma imagem mais monolítica de que pareciam gozar.

Uma alternativa à tradicional exigência de soberania

A propósito da diversidade interna dos Estados, convirá sublinhar que grande parte da teorização e da ação política desenvolvidas em torno do nacionalismo e das aspirações políticas das identidades nacionais assumem que o principal corolário das suas ambições é o Estado-nação (Anderson, 2006: 7; Gellner, 2006: 128-129; Miscevic, 2000: 4). Porém, todo este dinamismo faz com que novas realidades políticas, que põem em causa a exigência inalienável da soberania plena, complementem a ação do Estado. Scott L. Greer, no início da obra *“Nationalism and Self-Government”*, um estudo comparativo das políticas autonómicas escocesa e catalã, considera errado pensar nos Estados-nação unificados como unidade política básica, apesar da adequação do seu papel como mito ou como meta a alcançar (2007: 1). Este autor destaca também a importância do ressurgimento daquilo que qualifica como “nacionalismos sem Estado” (*“stateless nationalisms”*) e do desenvolvimento de governos regionais como veículo de representação de nações mais pequenas (2007: 3-4). Na mesma linha, poderíamos citar o nacionalismo liberal de Yael Tamir (1993) ou o pequeno nacionalismo de Mary Kaldor (2004).

O nacionalismo liberal sublinha o fator cultural como potencial agregador de realidades nacionais e não considera que o objetivo político, por exceléncia, de uma nação seja, necessariamente, o estabelecimento de um Estado independente e soberano. Diferentes nações podem acomodar-se num mesmo Estado sem que daí advenha, como consequência automática, um conflito violento. Não obstante, Tamir admite que a perspetiva dominante, desde o século XVIII, assume a nação como única fonte de legitimidade do Estado. Como consequência, cada grupo que se autoidentifica como nação pretende instituir o seu próprio Estado, enquanto os membros de um Estado aspiram constituir-se como nação, não se limitando à neutra denominação de população (1993: 62).

Yael Tamir acaba por propor um modelo alternativo ao do direito à autodeterminação nacional democrático (político): o da autodeterminação cultural (1993: 69). Este não conduzirá a uma independência política, mas permitirá a uma nação preservar os seus traços identitários, no âmbito de um sistema democrático. Torna-se evidente que esta perspetiva pretende acentuar o fator democracia em detrimento do fator soberania, o que constitui uma forma de preservar a estabilidade do sistema internacional, ao mesmo tempo que a potencial conflitualidade interna é canalizada para vias de escape democráticas.

David Miller também demonstra uma grande prudência quando equaciona potenciais independências nacionais, o que o leva a defender a necessidade de uma teoria da secessão (2000: 111-113). É evidente o receio de Miller em relação às consequências subjacentes à assunção política do princípio de autodeterminação das nações, razão pela qual a sua teoria acaba por não ser muito mais do que a proposta de uma análise casuística de cada situação para, então, poder ser formulado um julgamento. Este julgamento poderá determinar a criação de um Estado independente, mas também poderá levar à instituição de uma autonomia local ou de um estado federado (2000: 124). O autor entra assim em rutura com o conceito tradicionalmente defendido pelos nacionalistas: o do Estado nacionalmente homogéneo.

Will Kymlicka (1995) na obra *“Multicultural Citizenship”* aborda a questão dos direitos políticos das minorias étnicas e das nações minoritárias integradas em Estados independentes. Sendo claramente perceptível a sua opinião contrária ao princípio da autodeterminação nacional, assume também uma posição crítica em relação ao individualismo, procurando apresentar uma opção compatível com o liberalismo, que tenha em conta determinados direitos coletivos. Kymlicka considera que a dimensão nacional (coletiva) é inegável na vida política de um Estado, pelo que a mera aplicação do individualismo, tradicionalmente defendido pelos liberais, pode ser geradora de injustiças. A enorme vantagem de que gozam os membros da nação maioritária de um Estado reflete-se na possibilidade que têm de influenciar as opções políticas governativas (educação e burocracia, por exemplo). Ainda segundo o mesmo autor, a correção destas situações passa pelo reconhecimento de direitos às minorias, o que permitirá algum reequilíbrio no interior do sistema político em questão (1995: 194-195). Este reconhecimento acaba por não se materializar em instituições políticas concretas, uma vez que Kymlicka considera o autogoverno (mesmo quando o Estado em que se encontre atribua competências muito limitadas) uma porta aberta para exigências de soberania (1995: 182).

Dinamismo do Estado-nação

Entre as formas de Estado dotadas de uma organização territorial mais adequada à conjugação de diferentes identidades nacionais dentro de uma mesma unidade política soberana, encontramos o Estado federal e o que Jorge Miranda classifica como “Estado unitário regional” (1994: 259). Este, também conhecido como Estado autonómico ou Estado das autonomias, teve um contributo importante para pôr fim à exclusividade da imagem da nação centralizadora como uma identidade que procura subjugar, através do Estado, as suas congénères periféricas, sem lhes reconhecer quaisquer direitos específicos.

O Estado contemporâneo já não corresponde à imagem padronizada do modelo jacobino e centralizador que tem nos órgãos de soberania nacionais o único ponto a partir do qual é exercido o poder político. Atualmente, coexistem diversos modelos estatais de organização territorial, podendo o Estado unitário regional ter como grande objetivo a acomodação de aspirações políticas periféricas, através do recurso à criação de novos pólos de poder, geograficamente não coincidentes com a capital, para os quais são transferidas competências tradicionalmente exercidas pelo governo central. Através da aplicação destas formas jurídico-constitucionais, são criados mecanismos de escape que procuram aliviar, pelo menos parcialmente, tensões identitárias através de vias institucionais, o que vai em linha com os teóricos do nacionalismo liberal, quando relativizam o objetivo de independência nacional

em favor de processos de autodeterminação cultural e de aprofundamento autonómico ou federal (Tamir, 1995: 69; Miller, 2000: 124).

O Estado federal que, pelas suas características, numa abordagem superficial, poderia ser encarado como a opção mais lógica para os países democráticos com tensões nacionais internas, acaba por não se revelar muito cativante. É provável que haja algum receio em ir muito longe na descentralização formal, o que não prejudica que um Estado unitário regional, na prática, seja tão ou mais descentralizador do que uma federação, em relação às competências que atribui aos níveis infraestatais. Nas questões relativas à soberania, o simbólico ainda tem muito peso. A título de exemplo, podemos observar que três dos sistemas federais mais relevantes, o norte-americano, o brasileiro e o alemão, não contam com nacionalismos centrífugos com relevância política no seu seio. O sistema federal canadiano, que abrange a província do Quebec (que conta com um forte movimento nacionalista centrífugo), entre as democracias ocidentais, parece constituir uma rara exceção. Por outro lado, há vários Estados com realidades deste género que optam por modelos formalmente unitários, embora descentralizados, como o Reino Unido, Espanha ou Itália.

Neste contexto, a famosa expressão disjuntiva “Independência ou morte”, pronunciada pelo imperador Pedro I aquando da independência do Brasil, que parecia perfeitamente adaptável a décadas de conflitos secessionistas ou expansionistas, deixa de fazer sentido. O objetivo final de independência pode agora ser protelado, pelo nacionalismo centrífugo, para um momento mais oportuno, dando lugar a uma grelha muito mais indefinida e complexa de objetivos intermédios que, uma vez cumpridos, poderão, ou não, dar lugar à secessão. Isto leva a uma alteração de estratégia pelo nacionalismo centrípeto, que pode prescindir do discurso musculado e concentrar-se no menos visível conflito pelos objetivos intermédios. No fundo, este é o debate principal, uma vez que, consoante o que aqui se passe, haverá, ou não, margem para evoluir para o debate final: o da independência nacional.

O exemplo espanhol

A liberalização política em Espanha, que se inicia com a morte do ditador Francisco Franco, em 1975, abriu portas à sua integração nas instituições europeias e à redefinição interna do Estado, que abandonou o centralismo rígido e assumiu parcialmente a diversidade interna. A Constituição de 1978, que fixou o sistema democrático sucessor da ditadura franquista, optou por um modelo de Estado que assenta a soberania numa única nação (art.º 2 da Constituição). As outras identidades foram classificadas como “nacionalidades”, na aceção meramente cultural da palavra, não lhes tendo sido atribuído qualquer poder soberano. De notar que o legislador constituinte, fruto dos alinhamentos políticos da época, nem equacionou seriamente a instituição de um Estado federal, sublinhando explicitamente o caráter unitário de Espanha.

Os resultados, ao nível da soberania, do processo de democratização afiguram-se evidentes: o Estado espanhol, como muitos outros, cedeu competências a favor da União Europeia (UE) e das comunidades autónomas instituídas com base na Constituição de 1978, o que obrigou a novos equilíbrios políticos.¹ Desta forma, surgiram espaços de compatibilização de identidades que procuraram maximizar o bem-estar dos cidadãos por via genérica e estatal e por via mais particular e autonómica. Convirá ter presente que duas identidades centrífugas, a catalã e a basca, contestam a identidade centrípeta espanhola desde finais do século XIX. Esta, mesmo com a instituição do sistema

10 Stephen D. Krasner no ensaio “Sovereignty: Organized Hypocrisy” considera que o termo soberania pode ser empregue com quatro sentidos diferentes: soberania legal internacional, em referência às práticas de reconhecimento mútuo entre Estados; soberania “vestafaliana”, para traduzir a norma de exclusão de atores externos das estruturas de autoridade dos territórios (Estados); soberania doméstica, para se referir à autoridade formal e ao seu exercício efetivo no domínio interno do Estado; e soberania de interdependência, em referência à capacidade das autoridades internas para controlar/regular a passagem de informação, ideias, bens, pessoas, capitais pelas fronteiras do Estado” (1999: 3-4). À luz desta segmentação, Krasner considera que os Estados-membros da União Europeia, através do exercício da sua soberania legal internacional, chegaram a acordos para reconhecer estruturas de autoridade externas e, desta forma, prescindir de parte da sua soberania “vestafaliana” (1999: 4).

democrático, continua a ser única identidade nacional dotada de soberania e acaba por utilizar a máquina de poder político, que o próprio Estado constitui, para afirmar o seu predomínio.

Porém, em termos gerais, poderíamos considerar que o processo de democratização territorial espanhol acabou por constituir um jogo de soma positiva para as várias partes envolvidas. Madrid, a capital do Estado, ganhou porque, nas últimas décadas, se transformou no grande centro económico e político do novo Estado democrático, concentrando sedes e representações de grandes empresas nacionais e multinacionais, ao mesmo tempo que manteve o papel de capital e de sede do poder político estatal. Ganham as diversas comunidades autónomas que, em geral, beneficiaram com a descentralização, o que permitiu aos novos órgãos de poder regionais que se estabeleceram constituir-se como pólos de atração. Também saíram beneficiados os catalães e os bascos (e, em menor medida, os galegos), os dois principais nacionalismos centrífugos a atuar em Espanha, que obtiveram formas políticas para suportar as respetivas identidades, o que acabou por se revelar muito importante para a sua consolidação e fortalecimento.

André Lecours assume, na obra *“Basque Nationalism and the Spanish State”*, a sua adesão ao institucionalismo, em particular na vertente histórica, e afirma que o papel das instituições políticas é fundamental para o desenvolvimento do que denomina “nacionalismo subestatal”. Segundo este autor, a organização/divisão territorial do poder em estruturas federais ou descentralizadas acarreta um potencial de geração de identidade, ao criar grupos diferenciados através da agregação e divisão de pessoas (2007: 16). Somos levados a considerar muito relevante a simbiose que se estabelece entre identidades e atores políticos. Nos casos catalão e basco, podemos verificar que a Constituição reconhece, de forma implícita, a sua importância e a existência de uma base identitária específica. Este ‘conteúdo’ acaba por encaixar na forma política que é constituída pelas autonomias e, através destas, é desenvolvido e aprofundado. A regular atividade do Estado espanhol democrático e constitucional acabou por dar continuidade ao processo, por via da transferência de competências em matérias como a educação, a cultura ou o serviço público de comunicação social.

A implantação do Estado autonómico espanhol, em geral, e das comunidades autónomas basca e catalã, em particular, foram processos muito rápidos e que permitiram uma observação, em tempo real, do desenvolvimento e da adaptação de identidades, em linha com as perspetivas modernistas de Gellner (2006) e de Anderson (2006). A grande diferença reside no facto de não estarmos a falar na atuação política de um Estado independente ou, sequer, de um estado federado, mas sim dos órgãos políticos de comunidades autónomas que atuam no quadro de um Estado-nação autonómico, que não chega a assumir explicitamente a sua pluralidade interna.

Ao comparar os elevados níveis de descentralização atingidos pelo Estado autonómico espanhol com o texto da Constituição de 1978 e com os objetivos que uma parte dos legisladores parecia ter aquando da sua negociação, redação e aprovação, verificamos que o sistema poderá ter efetuado um percurso bastante diferente do inicialmente projetado. O peso das identidades nacionais basca e catalã e dos respetivos nacionalismos centrífugos teve um papel muito importante num processo que descentralizou profundamente todo o território espanhol, mesmo em regiões sem qualquer tradição ou base identitária.

Não deixa de ser curioso que um meio inicialmente projetado para conter identidades ou para lhes dar uma forma política limitada tenha com estas estabelecido uma relação simbiótica tão profunda, reforçando-as e colocando-as numa posição liderante. A Constituição de 1978, dentro dos quadros democráticos, conteve os separatismos basco e catalão, nos moldes da soberania do século XIX, ao mesmo tempo que fomentava a materialização política destas identidades nacionais, numa espécie de ‘autonomias-nação’. Este modelo não é exclusivo de Espanha (como se pode verificar pelos casos da Escócia, de Gales ou do Quebec), tendo beneficiado com o desgaste que os processos de globalização e de integração regional internacional, a partir do final do século XX, provocaram às soberanias nacionais.

Conclusão

A realidade dos últimos dois séculos demonstra que o nacionalismo, mais do que uma ideologia, é uma força política de extrema relevância nos contextos domésticos e internacional. A sua principal vitória constata-se na forma como os Estados contemporâneos se organizam sobre identidades nacionais: há um consenso alargado em relação à base nacional que um Estado soberano deve ter. Porém, nas últimas décadas, na Europa, o processo de integração regional (União Europeia) e a evolução do sistema democrático liberal abriram portas a alterações no interior do Estado-nação, enquanto unidade política soberana, por excelência, do sistema internacional. As teorias das Relações Internacionais também abandonaram os modelos rígidos em relação ao Estado e já não o encaram exclusivamente como um ator racional que atua com base na maximização do seu poder relativo. Os modelos teóricos, de que o construtivismo é um exemplo, passaram a olhar para o Estado como algo socialmente sustido e, como tal, o que se desenvolve no seu interior influencia a dimensão externa onde se encontra inserido.

O desenvolvimento de modelos descentralizados de Estado é um exemplo claro desta evolução. Os Estados autonómico, de que Espanha e o Reino Unido são exemplo, reconhecem a existência de identidades nacionais alternativas à identidade dominante (espanhola, no primeiro caso, e inglesa, no segundo caso), permitem a institucionalização dessas identidades em unidades políticas infra-estatais, reconhecem-lhes determinados direitos e atribuem-lhes competências políticas. Estas unidades passam, assim, a coincidir com determinadas identidades, emergindo como autênticas autonomias-nação que podem vir a questionar seriamente, a partir de dentro, a soberania dos Estados-nação e a alterá-los na sua essência.

Nos últimos trinta anos, as autonomias basca e catalã tiveram a capacidade de condicionar a construção do modelo democrático e territorial que vigora em Espanha. A transição democrática (1975-1982) não se limitou a substituir uma ditadura de extrema-direita por uma democracia liberal. Transformou um Estado altamente centralizador num Estado unitário com um dos níveis de descentralização mais avançados do mundo. Formalmente, a Constituição de 1978 não beliscou a soberania da identidade espanhola, mas abriu as portas à materialização política de identidades nacionais que começaram a questionar o predomínio espanhol. A grande questão que fica pendente é saber se estas novas unidades, que denominamos como autonomias-nação, depois de terem condicionado o desenvolvimento do Estado democrático, terão força suficiente para alterar o conceito de soberania no que se mais sagrado este parece ter: a sua dimensão externa.

Bibliografia

- Anderson, Benedict (2006) *Imagined Communities*. Londres: Verso.
- Berstein, Serge; Milza, Pierre (1997) *História do século XIX*. Mem Martins: Publicações Europa-América.
- Cravinho, João Gomes (2002) *Visões do Mundo: as Relações Internacionais e o mundo contemporâneo*. Lisboa: Imprensa das Ciências Sociais.
- Gellner, Ernest (2006) *Nations and Nationalism*. Ithaca: Cornell University Press.
- Greer, Scott L. (2007) *Nationalism and Self-Government*. Albany: State University of New York Press.
- Kaldor, Mary (2004) "Nationalism and Globalisation". *Nations and Nationalism*. 10(1/2), 161-177.
- Krasner, Stephen D. (1999) *Sovereignty: Organized Hypocrisy*. Princeton: Princeton University Press.
- Kymlicka, Will (1995) *Multicultural Citizenship*. Oxford: Oxford University Press.
- Lecours, André (2007) *Basque Nationalism and the Spanish State*. Reno: University of Nevada Press.
- Miller, David (2000) *Citizenship and National Identity*. Londres: Polity Press.
- Miranda, Jorge (1994) *Manual de Direito Constitucional – Tomo III*. Coimbra: Coimbra Editora.

- Miscevic, Nenad (2000) "Introduction: The (Im-)morality of Nationalism" in idem (ed.) *Nationalism and Ethnic Conflict*. Chicago: Open Court, 1-21.
- Tamir, Yael (1993) *Liberal Nationalism*. Princeton: Princeton University Press.

Resumo

Este artigo percorre o papel do Estado-nação e a relação entre os conceitos de Estado e nação. Destaca de forma especial a emergência de novas unidades políticas, que o autor denomina autonomias-nação, que constituem um autêntico desafio ao conceito tradicional de soberania, centrando-se no caso espanhol.

Abstract

This article covers the role of the nation-State and the relationship between the concepts of State and nation. It specially highlights the emergence of new political units, which the author classifies as nation-autonomies, which constitute a real challenge to the traditional concept of sovereignty, focusing the Spanish case.

Palavras-chave: Soberania; Estado-nação; Autonomia

Key words: Sovereignty; Nation-State; Autonomy

Recebido em 09/02/2013

Aprovado em 06/03/2013

O futuro nebuloso da cooperação sino-brasileira na área de satélites

The cloudy future of China-Brazil cooperation in Earth Resources Satellites

Lana Bauab Brito*

Boletim Meridiano 47 vol. 14, n. 136, mar.-abr. 2013 [p. 10 a 17]

Introdução

A cooperação sino-brasileira na área de satélites começou em 1988 com a assinatura do Protocolo que estipulava a construção conjunta de dois satélites de sensoriamento remoto. Em 1999, foi lançado com êxito o primeiro satélite do programa *China-Brazil Earth Resources Satellite* (CBERS). Atualmente, o programa CBERS está voltado para a construção de uma série de cinco satélites de sensoriamento remoto. Já foram lançados três satélites, CBERS-1 (1999), CBERS-2 (2003) e CBERS-2B (2007), sendo que esses três primeiros satélites obedeceram à divisão de responsabilidades de 70% para a China e 30% para o Brasil.

Os satélites CBERS-3 e CBERS-4 estavam previstos inicialmente para 2009 e 2011, respectivamente. Porém, devido a problemas técnicos e embargos sofridos pelo ITAR, o lançamento foi adiado diversas vezes. A previsão mais atual é a de que o CBERS-3 seja lançado ainda em 2013 e o CBERS-4 em 2015¹. Salienta-se que esses dois satélites serão mais sofisticados que seus antecessores e que a participação do Brasil foi ampliada para 50%.

Os sucessivos atrasos no lançamento dos satélites da nova geração, aliado à falta de um acordo para a continuação da cooperação, geram incerteza quanto ao futuro do programa sino-brasileiro. Com o objetivo de lançar uma luz sobre o futuro do programa CBERS, o presente artigo se propõe a analisar as principais conquistas e ameaças ao programa.

Programa CBERS

A cooperação sino-brasileira na área de satélites de recursos terrestres teve início em 1988, quando a transferência de tecnologia espacial era quase impossível devido à lógica militar da Guerra Fria. De fato, naquele ano apenas três países dominavam a tecnologia de sensoriamento remoto via satélite: EUA, URSS e França (WIGBELS; FAITH; SABATHIER, 2008).

Por ser uma tecnologia estratégica e de uso dual, a cooperação internacional envolvendo o sensoriamento remoto é complexa. Ao mesmo tempo em que grande parte dos projetos espaciais é desenvolvida em regime de cooperação internacional, devido aos altos custos e à escassez de tecnologia, não existe por parte dos países detentores dessa tecnologia interesse em repassá-la a outras nações (COSTA FILHO, 2006). Essa falta de interesse se explica pelo

* Mestre em Relações Internacionais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ (lanabauab@hotmail.com).

1 Disponível online em: <http://www.cbers.inpe.br/sobre_satelite/lancamento_cbers3e4.php>. Acesso em: 15 fev. 2013.

simples fato dessa tecnologia/conhecimento ser fonte de poder, principalmente quando monopolizada, visto que fornece informações estratégicas não só sobre o território nacional de seus países detentores como também sobre qualquer outro território, inimigo ou aliado. Diante desse cenário, a alternativa encontrada pelo Brasil e pela China foi o codesenvolvimento dessa tecnologia, à medida que ambos os países sofriam com os embargos tecnológicos do *International Traffic in Arms Regulations*² (ITAR) e do *Missil Technology Control Regime* (MTCR)³.

A cooperação Sul-Sul no lugar da cooperação Norte-Sul se apresentou como uma alternativa viável para a superação de entraves em comum, apesar de experimentar maiores chances de descontinuidade dos programas, dados os problemas de ajuste macroeconômico que a maioria dos países em desenvolvimento enfrenta. Nesse sentido, o programa CBERS pode ser considerado como bem-sucedido; apesar do não cumprimento dos prazos previstos, da crise vivida durante o governo Collor e de ultrapassar o orçamento em quase 100%, o lançamento do CBERS-1 em 1999 marcou não só o rompimento do monopólio dessas tecnologias de ponta como também comprovou a viabilidade da cooperação Sul-Sul nessa área.

No entanto, o cenário internacional do início do século XXI é diferente do vigente em 1988, quando foi criado o programa CBERS. A Guerra Fria acabou. China, Índia e Brasil são considerados hoje países emergentes. Contudo, o ambiente para um maior uso do espaço por parte dos países em desenvolvimento não apresentou uma melhora significativa depois do fim do sistema bipolar. Se por um lado, existem hoje espaços cooperativos como *Group on Earth Observations* (GEO)⁴, que visa criar um sistema global de observação da Terra por meio da utilização de diversos sistemas já existentes (*Global Earth Observation System of Systems* – GEOSS⁵), tendo como base a distribuição livre e aberta de dados geoespaciais; por outro, as propostas de transformação dos princípios de sensoriamento remoto em Convenção Internacional continuam sendo barradas⁶, principalmente devido à oposição dos EUA.

No âmbito do ITAR, embora a legislação em si não tenha sido reformulada, a classificação de itens considerados de defesa têm sofrido diversas alterações. Tais alterações têm dificultado ainda mais a compra de materiais relacionados com espaço nos EUA, afetando drasticamente a confecção da nova geração de satélites CBERS (3 e 4)⁷. O início do século XXI também presenciou a tendência de comercialização e privatização das atividades espaciais, o que, se por um lado, intensifica e diversifica essas atividades, por outro não muda o fato da tecnologia continuar concentrada na mão de poucos, sejam eles países ou empresas.

Diante desse cenário, Gilberto Câmara, então coordenador do setor de Observação da Terra do INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), defendeu em diversas ocasiões⁸ em 2002 a distribuição livre e aberta de dados geoespaciais e de *software* de código aberto tanto no âmbito nacional quanto no internacional. O programa CBERS

2 O ITAR é a base legal para a exportação de satélites comerciais nos EUA. Sob a jurisdição do ITAR, são exigidas licenças separadas para cada artigo ou tecnologia para a exportação; assim, várias licenças podem ser exigidas para a exportação de um único satélite (GUO, 2006).

3 Criado em 1987 pelos países do G-7, o MTCR é um regime de caráter voluntário que tem como finalidade limitar os riscos de proliferação de mísseis balísticos e outros sistemas de distribuição não tripulados que poderiam ser usados para ataques químicos, biológicos e nucleares.

4 Grupo *ad hoc* intergovernamental responsável pela coordenação dos esforços para a construção do GEOSS até 2015 (CHRISTIAN, 2005; SILVA, 2006).

5 O GEOSS tem como objetivo interligar os sistemas existentes e planejados de observação da Terra ao redor do mundo e apoiar o desenvolvimento de novos sistemas, onde hoje existem “pontos cegos”.

6 O bloqueio à proposta de uma Convenção internacional sobre tema se deve ao temor de que esse processo traga de volta as antigas discussões a respeito, por exemplo, da necessidade ou não de autorização prévia para sensoriar o território de um país ou de autorização prévia do país sensoriado para a venda de imagens obtidas sobre o seu território (MONSERRAT FILHO, 2001). Esse bloqueio também pode ser explicado pela oposição das empresas privadas de alguns países desenvolvidos a uma regulamentação das suas atividades no setor de sensoriamento remoto (MONSERRAT FILHO, 2003).

7 Muitos componentes eletrônicos que puderam ser utilizados nos CBERS-1, 2 e 2B tiveram sua classificação alterada e não puderam ser adquiridos para os satélites CBERS-3 e 4 (KONO, 2010).

8 18th International CODATA Conference, Montreal – Canada, 2002; CBERS Chinese Users Conference, Beijing – China, 2002; Earth Observation Business Network (EOBN), Vancouver – Canada, 2002.

deveria adotar uma política de distribuição gratuita de imagens se quisesse conquistar fatias desse mercado no âmbito internacional, visto que a venda dessas imagens resultaria numa competição direta com satélites já estabelecidos, como Landsat (EUA) e Spot (França).

Câmara defendeu igualmente que países em desenvolvimento com programas de observação da Terra independentes, como o IRS (*Indian Remote Sensing Satellite*)⁹, também deveriam adotar uma política de distribuição gratuita de imagens a fim de preencher o vazio que seria deixado com o término do programa Spot e com a comercialização do Landsat-8. O objetivo era contrabalancear a tendência de comercialização e privatização dos programas de observação da Terra dos países desenvolvidos, que teria impacto extremamente negativo para os países do Sul, ao mesmo tempo em que se queria assegurar um mercado internacional para os satélites da família CBERS.

Como resultado, em 2004 foi anunciada a nova política de distribuição gratuita de imagens CBERS para todo território brasileiro, sendo essa mesma política seguida pela China no ano posterior. Em 2007, o Brasil junto com o parceiro chinês anunciou a distribuição gratuita de imagens CBERS para os países da América do Sul ao alcance da antena de Cuiabá. Na ocasião, a China também se comprometeu a distribuir gratuitamente imagens CBERS para seus países vizinhos; no entanto, devido à falta de informação da parte chinesa, não foi possível comprovar se tal política foi posta em prática e quais países foram beneficiados¹⁰.

Ainda em 2007, o Brasil e a China anunciaram a iniciativa “CBERS para África”, que beneficiaria todo o continente africano mediante a instalação de antenas de recepção do satélite CBERS na África do Sul, Egito e Ilhas Canárias, podendo no futuro incluir Quênia e Gabão. Com isso, as imagens do satélite CBERS-2B, lançado em 2007, passaram a ser disseminadas não só no Brasil e na China, como também em diversos países da América do Sul, África e Ásia. Em 2010, a política de livre distribuição de imagens CBERS atingiu seu auge, quando o Brasil e a China tornaram-na global.

Concomitantemente, o Brasil, apoiado pelo seu parceiro chinês, iniciou uma campanha no âmbito multilateral em favor da visão dos dados geoespaciais como bens públicos globais, que devem, portanto, ser distribuídos livremente sem nenhum custo para os países em desenvolvimento. Nesse espírito, o Brasil apresentou em 2006 uma proposta de agenda no *Committee on the Peaceful Uses of Outer Space* (COPUOS)¹¹. Com a aprovação da proposta brasileira foi estabelecido um plano de trabalho de três anos (2007-2009), durante o qual o Brasil fez um trabalho diplomático para a aprovação do princípio de que todos os países deveriam ter competência para receber, tratar e usar dados de satélites como ferramenta indispensável à promoção do desenvolvimento nacional, obtendo sucesso em 2010.

No âmbito do GEO, o Brasil e a China apresentaram a iniciativa “CBERS para África”. Em consonância com a política sino-brasileira, foi criado em 2008 e aprovado oficialmente como agenda do GEO em 2009 a iniciativa *Data Democracy*¹², que tem como objetivo a partilha de dados, informações e ferramentas (e.g. *software* de código aberto) de forma gratuita. A política pioneira sino-brasileira também pressionou os países desenvolvidos, tendo como resultado a adoção de uma política de distribuição gratuita de imagens dos satélites norte-americanos Landsat em 2008 e, em 2010, da série europeia Sentinel. Atualmente, a distribuição gratuita de imagens CBERS e Landsat está inserida na iniciativa *Data Democracy* no âmbito do GEO.

9 A Índia já lançou mais dez satélites da série IRS. O décimo satélite da série, denominado IRS-P6 ou RESOURCESAT-1 foi lançado em 2003.

10 Além da Mongólia e do Canadá, não há referência de que outros países recebem imagens CBERS, no entanto, é provável que a ASEAN também seja contemplada com esses dados, devido a crescente aproximação da China com seus países membros.

11 O COPUOS, instância especial da ONU, foi criado em 1959, tendo como objetivo desenvolver programas de cooperação internacional no estudo e no uso pacífico do espaço exterior.

12 Durante sua presidência no CEOS em 2008, o Conselho Sul-Africano de Pesquisa Científica e Industrial começou uma proposta especial, intitulada *Data Democracy for Developing Countries*. Essa iniciativa tem sido continuada e ampliada pelas sucessivas presidências do CEOS, notadamente, pela presidência da Tailândia em 2009 e a do Brasil em 2010. Ao longo de seu desenvolvimento, a iniciativa *Data Democracy* foi fortemente apoiada pelas agências espaciais membros do CEOS.

Análise do Programa: conquistas e ameaças

A cooperação sino-brasileira na área de satélites de sensoriamento remoto pode ser dividida grosso modo em três grandes momentos. O primeiro momento é caracterizado pela gestação do programa CBERS (1988-1998). É durante esse período que o programa sofre sua principal crise, quando seu encerramento chegou a ser cogitado pelo governo Collor (1990-1992). O segundo momento vai de 1999 a 2002, sendo caracterizado pelo lançamento bem sucedido do primeiro satélite sino-brasileiro de recursos terrestres e pela consequente quebra do monopólio internacional dessa tecnologia. Já o terceiro momento vai de 2003 a 2010. Ele é caracterizado não só pela continuação da cooperação e pelo lançamento de mais dois satélites, o CBERS-2 (2003) e o CBERS-2B (2007), mas também pela adoção da política de distribuição gratuita de imagens CBERS. Essa nova política é inicialmente adotada para todo o território brasileiro em 2004 e, em 2005, para todo o território chinês, se internacionalizando em 2007 quando o Brasil e a China estendem-na para a América do Sul, Ásia e África. Ela atinge seu ápice em 2010 com a livre distribuição de imagens CBERS para todos os países interessados.

Portanto, o primeiro e o segundo momento da cooperação sino-brasileira representam a quebra do monopólio, a possibilidade de cooperação Sul-Sul em áreas de alta tecnologia e o aprofundamento das relações sino-brasileiras. Já o terceiro momento representa a maturação do programa CBERS e sua consolidação como um dos principais programas de observação da Terra a nível global, ao lado do norte-americano Landsat, do francês Spot e do indiano Resourcesat.

Nota-se que, enquanto o segundo momento coincide no Brasil com o segundo governo de FHC (1999-2002) e na China com o governo Jiang Zemin (1993-2003), o terceiro momento coincide no Brasil com o período do governo Lula (2003-2010) e na China com o governo de Hu Jintao (2003-atualidade). No entanto, a política de distribuição livre de imagens não é produto do governo Lula. Desde 2002, Gilberto Câmara defendia a adoção de tal política não só para todo território brasileiro, como também para todos os países interessados em receber imagens e dados CBERS. De fato, é plausível assumir que a nomeação de Gilberto Câmara como diretor do INPE em 2005 e o forte apoio do MRE a essa nova política, possibilitaram sua consolidação no governo Lula. A internacionalização da política de distribuição livre de imagens CBERS também ganhou terreno fértil nesse governo devido à nova orientação da política externa brasileira de intensificar as relações com grandes países periféricos. Na diplomacia solidária do governo Lula, a cooperação Sul-Sul obteve papel central na estratégia de inserção internacional do país, com ênfase nas relações do Brasil com a América do Sul e África.

Apesar de essa política ter sido formulada no âmbito do INPE, o Brasil necessitou do apoio chinês para colocá-la em prática. Desse modo, a crescente importância do mundo em desenvolvimento na diplomacia chinesa desde meados dos anos 1990¹³ e a sobreposição da nova política de distribuição gratuita de imagens com objetivos da política externa chinesa – como a promoção da democratização das relações internacionais, da cooperação Sul-Sul¹⁴ e, mais recentemente, do conceito de “mundo harmonioso” – possibilitaram a convergência de interesses entre o Brasil e a China. Como resultado houve a substituição do objetivo primário de venda das imagens e produtos

13 Em meados dos anos 1990, a China ajustou sua política externa, devido a novos desafios: (i) a preocupação das principais potências quanto à direção do crescente poder chinês; (ii) a preocupação de Beijing quanto a primazia dos EUA; e (iii) as demandas crescentes derivadas de uma economia em expansão e cada vez mais sofisticada. Essa nova diplomacia era mais proativa e flexível. Beijing aderiu ao multilateralismo e às medidas de construção de confiança (*confidence-building*) para mitigar questões de segurança. Além de dar nova ênfase para a promoção da multipolaridade e para o estabelecimento de parcerias com países chaves não só do mundo desenvolvido como também do mundo em desenvolvimento (HEGINBOTHAM, 2007).

14 As interações com o mundo em desenvolvimento aumentaram em importância relativa nos últimos anos, o que tem distinguido a política externa de Hu Jintao da do seu antecessor, Jiang Zemin, que deu maior ênfase na melhora das relações da China com os EUA (MITCHELL, 2007).

CBERS para uma política global de distribuição gratuita, que beneficia tanto países em desenvolvimento quanto países desenvolvidos¹⁵.

Logo, a maior proatividade do terceiro momento da cooperação sino-brasileira na área de satélites é fruto não só da evolução natural da cooperação como também de uma combinação de fatores internos e externos. Dentro deles à maior receptividade a ideia de dados geoespaciais como bens públicos globais no governo brasileiro e chinês – devido a sua adequação às agendas de política externa de ambos os países – e a criação do GEO em 2005, com o objetivo de estabelecer o GEOSS até 2015.

O bem-sucedido programa CBERS auferiu diversos ganhos para o Brasil e para a China. Em primeiro lugar, o uso dos satélites CBERS possibilitou a execução de políticas públicas mais eficientes, visto que os órgãos governamentais são providos com maiores informações sobre áreas de difícil acesso, como deserto de Gobi e a floresta amazônica. Os dados geoespaciais também são indispensáveis para grandes cidades, por viabilizarem o monitoramento da poluição do ar, do crescimento urbano e da expansão da rede de transportes, por exemplo. Por conseguinte, o programa CBERS impactou positivamente no desenvolvimento nacional tanto do Brasil quanto da China, além de conferir maior soberania sobre os territórios nacionais desses países.

Em segundo lugar, o programa CBERS permitiu ao Brasil e à China se tornarem agentes ativos no processo de decisão referente ao sensoriamento via satélite no âmbito do COPUOS e do GEO. A cooperação sino-brasileira também concedeu maior capacidade de influência desses países no sistema internacional, à medida que ambos os países passaram de importadores a exportadores de imagens de sensoriamento remoto via satélite e adotaram uma política de vanguarda de distribuição de imagens. Por último, o programa CBERS e sua política de distribuição de imagens ofereceu suporte concreto para as agendas de política externa brasileira e chinesa, principalmente à diplomacia “solidária” do governo Lula e ao conceito chinês de “mundo harmonioso”. Logo, o programa CBERS possibilitou ao Brasil e à China a aquisição de ganhos tecnológicos e geopolíticos, concedendo à cooperação bilateral uma influência internacional e uma liderança nos foros internacionais, em especial no GEO.

É digno de nota que o programa CBERS e sua política global de distribuição gratuita de imagens têm como base a solidariedade Sul-Sul, à medida que o programa foi estabelecido entre dois países em desenvolvimento e que sua política de distribuição de imagens beneficia principalmente os países do Sul. No entanto, essa solidariedade não está livre de interesses por parte de ambos os países. O Brasil, por exemplo, gerou, por meio da cooperação com a China, novas possibilidades de obtenção de tecnologias espaciais e conseguiu diminuir os impactos do embargo internacional, que restringia a transferência de tecnologias dos países do G7 por meio do MTCD (COSTA FILHO, 2006; BECARD, 2008). Por sua vez, interessou à China cooperar na área espacial, visto que o Brasil pôde servir de ponte para obter tecnologias de outros países, nos quais a China não tinha acordo formal de transferência (FURTADO et al., 2000). Já a política de distribuição gratuita de imagens CBERS possibilitou a consolidação dos satélites sino-brasileiros no mercado internacional, além de reforçar o *soft power* do Brasil e da China no que tange aos países em desenvolvimento, em especial na África, onde ambos os países possuem interesses políticos e econômicos.

No entanto, cabe ressaltar que as realidades dos programas espaciais da China e do Brasil mudaram desde seu florescimento em 1988. Atualmente, a China figura como uma potência espacial, enquanto o programa espacial brasileiro experimenta uma contínua drenagem (EPIPHANIO, 2011). De acordo com Câmara (2011), existe uma assimetria muito grande entre os programas espaciais do Brasil e o da China. Enquanto o programa de satélites do INPE é totalmente científico e civil, na China o componente militar é muito forte. “Por isso, muitas vezes o relacionamento com os engenheiros chineses é delicado, pois eles temem revelar aos brasileiros tecnologias utilizadas em seus satélites militares”. A assimetria se apresenta também no orçamento e no pessoal: enquanto o orçamento do

15 De acordo com o relatório de gestão do INPE de 2008, foram distribuídas 5.422 imagens CBERS para os países da América do Sul, América do Norte, Europa, Ásia e Oceania, sendo distribuídas somente para os Estados Unidos 3.527 imagens.

programa espacial chinês é estimado em US\$ 3 bilhões, o Brasil gasta cerca de US\$ 300 milhões (incluindo pessoal). Situação parecida ocorre na área de recursos humanos. O Brasil conta com cerca de 500 engenheiros trabalhando em projetos espaciais no INPE e nas empresas. Na China, são cerca de 50.000 engenheiros.

Se por um lado, o programa CBERS é um marco no desenvolvimento do Brasil no segmento de sensoriamento remoto, tratando-se do único programa de imageamento espacial que o país conseguiu levar a termo (EPIPHANIO, 2011); por outro, a estratégia nacional chinesa não vê uma missão como o CBERS como prioridade. O CBERS é um satélite para mapeamento global da porção terrestre do planeta em média resolução, sendo fundamental para gerenciamento de recursos naturais. “Como se sabe, a questão ambiental tem uma prioridade menor na China que no Brasil. Para eles, as questões de segurança nacional e defesa de seu território são mais importantes” (CÂMARA, 2011). Assim, existe também uma assimetria de objetivos entre os programas espaciais brasileiro e chinês.

Na China, o programa CBERS foi mantido até agora mais por seus ganhos diplomáticos e geopolíticos do que por eventuais ganhos tecnológicos. Caso a China entenda que esses objetivos não são mais necessários, o programa CBERS será encerrado com o fim da vida útil do CBERS-4 (CÂMARA, 2011).

Em 2008, o INPE e a CAST trabalharam em conjunto para conceber um novo satélite, o CBERS-SAR, que representaria a próxima geração de satélites (CBERS-5 e 6). Tecnologicamente mais sofisticado, o CBERS-SAR seria capaz de obter imagens da superfície terrestre em quaisquer condições de tempo. A proposta do CBERS-SAR foi aprovada em março de 2009 durante a reunião do Comitê Conjunto do Programa CBERS realizada em Pequim. Segundo Câmara (*apud* MILESKI, 2009), a CAST e a CNSA deram sinais fortes de que essa nova geração do satélite CBERS seria aprovado pelo governo chinês, e que o anúncio formal seria feito durante a visita do presidente Lula em maio de 2009. No entanto, a nova estrutura de comando do programa espacial chinês, resultante de uma reforma¹⁶ feita em 2008, decidiu adiar a decisão sobre o desenvolvimento do CBERS-SAR. Embora a ampliação da cooperação espacial sino-brasileira tenha sido reiterada pelo presidente Hu Jintao, em sua reunião de trabalho com o ex-presidente Lula, um novo acordo ainda não foi aprovado (MILESKI, 2009).

Considerações Finais

Nos próximos anos, o programa CBERS enfrentará uma encruzilhada. Se por um lado, o hiato tecnológico que separa os programas espaciais brasileiro e chinês tende a ser cada vez maior, por outro a política de distribuição gratuita de imagens CBERS para qualquer país interessado irá consolidar o satélite CBERS como um dos principais programas de observação da Terra no mundo. Nesse contexto, inúmeros questionamentos emergem. Com o sucesso do programa CBERS e sua difusão global, o mesmo passará a ser tratado como Programa de Estado no Brasil? A China prosseguirá cooperando com o Brasil na área espacial, a despeito do crescente hiato tecnológico que separa esses dois países? Caso o programa CBERS seja mantido, as futuras gerações de satélites tendem a ser mais sofisticadas. Como os EUA reagirão à expansão desse programa? Mais relevante que essas questões, talvez sejam o estudo aprofundado da política global de distribuição gratuita de imagens CBERS e sua inserção no GEO/GEOSS.

¹⁶ A reforma extinguiu a COSTIND, ministério encarregado de contratar projetos civis e militares nas áreas espacial, aeronáutico e nuclear junto às empresas estatais chinesas. Criou-se um novo ministério (MIIT), que coordena questões dispare: programa espacial civil, indústria do tabaco, informatização do Estado. A CNSA, que realiza a interface externa e as encomendas civis do programa espacial chinês, é agora subordinada à SASTIND, que por sua vez responde ao MIIT. A nova administração da SASTIND decidiu fazer uma análise mais detalhada da proposta do CBERS-SAR antes de tomar uma decisão (CÂMARA *apud* MILESKI, 2009).

Referências bibliográficas

- BECARD, Danielly Silva Ramos. *O Brasil e a república popular da China: política externa comparada e relações bilaterais (1974-2004)*. Brasília: FUNAG, 2008.
- BRITO, Lana Bauab. *Da exclusão à participação internacional na área espacial: O programa de satélites sino-brasileiro como instrumento de poder e de desenvolvimento (1999-2009)*. 179 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UERJ, Rio de Janeiro, 2011. Disponível online em <http://www.ppgri.uerj.br/form/Lana_Bauab.pdf>. Acesso em 20 agosto 2011.
- COSTA FILHO, Edmilson de Jesus. *A dinâmica da cooperação espacial sul-sul: o caso do programa CBERS (China-Brazil earth resources satellite)*. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP: [s.n.], 2006. Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000399212>>. Acesso em: 15 jan. 2010.
- EPIPHANIO, José Carlos Neves. Entrevista concedida a Lana Bauab Brito, Rio de Janeiro, 31 jan. 2011. Entrevista completa em anexo.
- FURTADO, André Tosi; COSTA FILHO, Edmilson de Jesus; CAMPOS, André Sica. A cooperação internacional no programa de satélites: o caso do CBERS. *Revista de Ciência e Tecnologia, Política e Gestão para a Periferia*, Recife, v.4, n. 2, p. 248-262, 2000. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br>>. Acesso em: 10 jan. 2010.
- GUO, Xiaobing. U.S. Regulatory Policies on Space Technology Exports to China. *China Security*, n. 2, p. 73-84, 2006. Disponível em: <<http://www.chinasecurity.us/pdfs/Issue2full.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2010.
- HEGINBOTHAM, Eric. Evaluating China's strategy towards the developing world. In: EISENMAN, Joshua; HEGINBOTHAM, Eric; MITCHELL, Derek (Ed.). *China and the developing world: Beijing's strategy for the twenty-first century*. New York: East Gate Book, p. 29-59, 2007.
- MILESKI, André Montanholi. CBERS: pequena frustração. *Panorama espacial*, 25 de maio de 2009. Disponível em: <<http://panoramaespacial.blogspot.com/2009/05/cbers-pequena-frustracao.html>>. Acesso em: 08 ago. 2010.
- MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA. *Relatório de gestão do INPE*, ano 2008. Disponível em: <http://www.inpe.br/gestao_princ/arquivos/RG2008-InpeTCU.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2010.
- MITCHELL, Derek. *China and the developing world*, 2007. Disponível em: <http://csis.org/files/media/csis/pubs/090212_06china_developing.pdf>. Acesso em: 24 maio 2010.
- MONSERRAT FILHO, José. Estratégia contra a paralisia espacial. *Revista Brasileira de Direito Aeronáutico e Espacial*, 2003. Disponível online em <<http://www.sbda.org.br/revista/Anterior/1753.htm>>. Acesso em 24 nov. 2010.
- MONSERRAT FILHO, José. Por que não há uma convenção internacional sobre sensoriamento remoto? *Associação Brasileira de Direito Aeronáutico e Espacial*, 2001. Disponível em: <<http://www.sbda.org.br/artigos/Anterior/12.htm>>. Acesso em: 03 fev. 2010.
- WIGBELS, Lyn; FAITH, Ryan; SABATHIER, Vincent G.. Earth Observations and Global Change. *Center for strategic and international studies (CSIS)*, 2008. Disponível em: <http://csis.org/files/media/csis/pubs/080725_wigbels_earthobservation_web.pdf>. Acesso em: 12 out. 2010.

Resumo

Os sucessivos atrasos no lançamento dos satélites CBERS-3 e CBERS-4, aliado à falta de um acordo para a continuação da cooperação sino-brasileira, geram incerteza quanto ao futuro do Programa Sino-Brasileiro de Satélites de Recursos Terrestres (CBERS).

Abstract

Successive delays in launching satellites CBERS-3 and CBERS-4, together with the lack of an agreement for the continuation of China-Brazil cooperation, generate uncertainty about the future of the China Brazil Earth Resources Satellites Program (CBERS).

Palavras-chave: Brasil; China; cooperação

Key words: Brazil; China; cooperation

Recebido em 19/02/2013

Aprovado em 06/03/2013

Mali, um Estado sub-representativo de sua sociedade

Mali, a misrepresentative government of its society

Emiliano Unzer Macedo*

Boletim Meridiano 47 vol. 14, n. 136, mar.-abr. 2013 [p. 18 a 24]

Introdução

O presente artigo busca analisar as causas da crise política malinesa. Para tanto, serão examinados historicamente a estrutura política do Estado malinês desde tempos pré-coloniais até sua independência. Com isso buscaremos evidenciar a pouca representatividade do Estado frente à pluralidade de sua sociedade, explicação esta que nos ajudará a entender as causas das rebeliões recentes ocorridas no país. Ademais, abordaremos as implicações dos interesses estratégicos internacionais sobre recursos minerais malineses, bem como o alastramento do extremismo religioso na região em confronto ao argumento proposto pelo artigo.

Contexto histórico do Mali e a sua herança colonial

Mali ocupa hoje local de uma das civilizações mais veneráveis do continente. Sua localização no decurso do rio Níger, que faz um arco em sentido oeste-leste dando acesso da costa ocidental africana ao interior para depois desaguar no Golfo da Guiné, possibilitou lucrativas trocas comerciais litorâneas ao interior saariano. Em decorrência deste intenso comércio – sal, ouro, noz-de-cola, dentre outros – ocorreram lendárias prosperidades em diversos reinos, primeiro com o Império de Gana no século VIII sendo depois suplantado por islâmicos almorávidas advindos do Saara no século XI. O Islã a partir de então sempre deixou profundas marcas na região.

Floresceu neste contexto marcos culturais da humanidade. O Islã, ao chegar à curva do rio Níger, gradativamente se adaptou e ganhou contornos próprios aos costumes locais – como defende o ramo maliquita¹ do sunismo islâmico – indo ao encontro com a fluente prosperidade do Império Mali a partir do século XIII. Cidades como Gao, Djenné, Timbuctu tiveram grande afluência de estudiosos em suas escolas, bibliotecas e mesquitas, pois guardavam incontáveis e importantes manuscritos. Desta forma, a face tolerante do Islã se popularizou e fincou raízes sociais na sociedade desde então.

Após o advento dos impérios dos songhais e dos berberes, as rotas comerciais saarianas declinaram em importância devido ao estabelecimento de novas rotas de comércio pelo litoral e também pelos rios, desbravadas pelos europeus a partir do século XIX. Os franceses iniciaram sua colonização por meio de seus militares (KANYA-FORSTNER, 2008), ocupando a hinterlândia, a partir de suas *quatre communes* na foz do rio Senegal. Em 1815, já expandiram sua presença pela Mauritânia e também pelo interior, rumo ao curso médio do rio Níger, ganhando um

* Professor adjunto de História da África no departamento de História da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES e Doutor em História Social pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – FFLCH/ USP (prof_emil@hotmail.com).

1 Ramo de interpretação jurista e dos costumes sociais no universo sunita islâmico. Adotam uma interpretação mais flexível e ampla das fontes jurídicas e costumes, indo além das fontes tradicionais do Corão e dos conselhos e condutas de Maomé. Incluem as práticas dos primeiros habitantes muçulmanos de Medina.

acesso interiorano. Em 1830 já endossaram sua presença no litoral argelino e, mais para o final do século, asseguraram um domínio consentido sobre a Tunísia, em contraposição aos interesses dos italianos. A Costa do Marfim, Guiné Francesa e o Sudão Francês, onde viria a ser o Mali, foram consolidados após a Conferência de Berlim de 1885, ocasião em que foram delineadas as esferas de influência européia no continente.

Os franceses, sob a ótica estratégica de seus militares que tiveram voz ativa na definição dos rumos de sua política colonial, visaram estender seu domínio por toda a região norte africana, almejando criar uma “segunda Índia” (OLIVER, 1994, p. 204). Isso se deu em virtude de buscarem uma compensação por terem atravessado a humilhante derrota frente aos prussianos em 1871. Contudo, enfrentaram limitações ao seu projeto de domínio de toda a latitude saariana ao perderem a região sudanesa oriental – que ligaria seus domínios ao Djibouti no Mar Vermelho – para os britânicos após o evento de Fashoda em 1898.

Neste contexto, restava aos franceses assegurar o que já havia sido acordado entre eles e os governos europeus sobre a imensa região desde o lago Chade até o litoral atlântico e também da costa argelina até as proximidades da foz do rio Congo em Libreville. A partir de então, enfrentaram os gálicos no século em questão duros embates na região que lhes coube, resistindo aos inúmeros movimentos locais que evocavam a defesa de fé islâmica. Ao final conseguiram submetê-los², apesar de vivas resistências em regiões interioranas.

O Estado colonial organizado sob domínio francês visou principalmente satisfazer interesses estratégicos da metrópole, jamais a plena representação dos africanos. Por toda a região do cinturão saheliano, os franceses tenderam a concentrar o seu controle em regiões de solo mais fértil localizados ao sul deste cinturão, onde organizaram seus centros administrativos coloniais em detrimento do escassamente povoado norte desértico frequentemente chamado à época de “inútil”.

Foi essa a herança que a maioria dos países africanos recém independentes recebeu: uma estrutura pouco transparente do mecanismo político e sub-representativa em relação à população (MEREDITH, 2006, p. 153-4). Na época colonial, a política francesa aplicada às colônias se espelhou no presidencialismo da metrópole tornando o posto máximo foco de excessiva centralização de poder em torno de um líder, que lançava mão de uma retórica anti-colonial, perseguindo oposicionistas políticos com o argumento, por exemplo, de sedição.

Mali após a sua independência e a atual crise política

À época de sua independência em 1960, o presidente Modibo Keita decidiu seguir rumo próprio, com um unipartidarismo de linha nacionalista e independente, evocando a ideologia socialista e nacionalizando os recursos do país. Visava assim fugir da influência da ex-metrópole e conquistar um aliado soviético no contexto da Guerra Fria.

Keita passou a implementar o seu projeto socialista de planejamento, idealizando um igualitarismo, num sistema “onde não haverá desempregados nem multimilionários (...) um sistema onde não haverá pedintes, onde cada um haverá o que comer quando com fome” (GRUNDY, p. 193). Contudo, este projeto se mostrou intangível, pois os recursos do país eram insuficientes. Possuindo pouco capital, num país que em 1959 tinha uma população de pouco mais de quatro milhões de habitantes sendo que sua renda per capita era de apenas 52 dólares americanos. Perguntado certa vez ao ministro malinês do Planejamento e Economia Rural, Seydou Kouyate, à época sobre a rejeição de políticos malineses ao capitalismo, sua resposta foi enfática: “você não pode ser capitalista quando você não tem capital” (p. 176).

Após anos de má gestão pública, insuficientes recursos nacionais para o custeio do projeto de desenvolvimento socialista nacional, agravado pela alta dívida interna, o governo do Mali passou a recorrer a empréstimos internacio-

² O domínio colonial francês sobre o norte africano permaneceu incerto em muitos locais de difícil acesso interiorano, como na Argélia e regiões montanhosas do Marrocos. Este último foi somente administrado pelo governo francês após longas negociações com os britânicos, e com ameaças alemãs, na Conferência de Algeciras de 1906.

nais e a se submeter a uma eventual supervisão financeira francesa. Somava-se a isso uma perseguição sistemática aos opositores políticos por Keita. Após alguns anos, avolumou-se na sociedade manifestações de estudantes, militares e líderes sociais descontentes com os planos de austeridade econômica que estavam sendo implementadas a partir de então. O Mali passou a ser visto como um Estado longe da realidade da maioria da sociedade, um Estado recém-independente que foi construído a atender aos interesses de minorias no poder, sem qualquer pretensão de inclusão da sociedade malinesa (ARNOLD, 2005, p. 121-122).

Em 1968, Keita foi destituído do poder por um golpe de Estado dado por militares e liderados por Moussa Traoré. Desde então os militares no país nunca se afastaram do poder, situação esta que perdurou até o final da Guerra Fria. Deste modo, assim como Keita, seguiram os militares a controlar o Estado recém-independente representando e defendendo seus próprios interesses, jamais representando o país como um todo. Um Estado não somente restrito aos interesses das elites nativas, mas ineficaz em sua burocracia e corrupção. Conforme evidenciou Penna Filho,

Os funcionários públicos se transformaram num setor privilegiado, com salários inadequados e um sistema de propinas exorbitantes, e socialmente tolerado, tudo agravado com o fato de se tratarem de economias frágeis (...) [c]ontribuiu muito para esse quadro de instabilidade institucional permanente o fato de que, na maior parte dos casos, houve um descolamento entre o Estado e a sociedade no continente africano (2009, p. 93-94)

Em 1990, no contexto do fim da Guerra Fria, movimentos sociais organizados protestaram e exigiram mudanças democráticas pluripartidárias e de maior participação política pela população. Um ano depois foi aprovada uma nova constituição e as primeiras eleições pluripartidárias foram realizadas em 1992 com a eleição livre de Alpha Konaré, sendo este reeleito cinco anos depois.

A condição democrática perdurou até 2012, apresentando o Mali sinais de estabilidade política e liberdade de expressão³ (MACEDO, 2011). A isso se somou anos de considerável crescimento econômico da região da moeda franco occidental, a qual Mali faz parte (MELLY, 2013). No entanto, a sub-representação de regiões ignoradas pela capital do Mali, Bamako, sempre foi latente em sua história. Entre os principais povos envolvidos estão os tuaregues e árabes no norte malinês. Assim, tal Estado foi erigido com base numa minoria articulada ao sul, em torno de Bamako, visando conservar seus interesses políticos e econômicos, desde empresários de minas de urânio e ouro, até militares de alta patente. Consta que já na época de sua independência, nortistas se levantaram e deram combate ao Estado nascente que privilegiava os interesses de minorias do sul malinês (DELCROZE, 2012). O Estado do Mali, desde sua condição colonial, era de minorias, jamais abarcando toda a pluralidade do país.

A atual crise política evidencia isso. Desde janeiro de 2012, grupos setentrionais começaram a agir visando uma maior autonomia no norte do país, na região de Azawad. Dentre as diversas etnias envolvidas, os tuaregues tiveram papel de maior visibilidade e evidência no desenvolvimento da crise por meio do Movimento Nacional para a Libertação de Azawad (MNLA), organização essencialmente étnica e secular que visa à secessão da região do resto do Mali.

As revoltas do norte ocasionaram em descontentamento crescente de setores militares malineses, pois restou evidenciada a incapacidade do governo de Bamako em fazer frente aos avanços militares setentrionais. O cenário político malinês se agravou cerca de um mês antes das eleições presidenciais programadas para 22 de março de 2012. O presidente então em officio, Amadou Toumani Touré, foi sumamente deposto por um golpe de Estado por soldados e oficiais militares amotinados, tendo sido suspensa a constituição vigente do país.

³ A liberdade de expressão fincou raízes no país em decorrência da multiplicação do número de jornais independentes, suplantando o anterior monopólio estatal, além do país ter gerado um ambiente fértil e pluralista de manifestações culturais, tornando-se referência mundial na música, por exemplo.

Em decorrência da instabilidade do golpe recém ocorrido, outros grupos setentrionais, além do MNLA, se aliaram em torno do Comitê Nacional para a Restauração da Democracia e do Estado (CNRDR, sigla em francês) e se fizeram presente em várias cidades da região mediana e norte malinês, entre elas as históricas Timbuctu, Gao e Kidal. Após o desmantelamento do governo da cidade de Douentza, declararam toda a região como independente do governo de Bamako, atribuindo a ela o nome da República de Azawad.

Inicialmente o MNLA tinha o apoio de grupos de islamistas locais, como o Ansar Dine e outros grupos islamistas menores da região setentrional – como um ramo da al-Qaeda no Magrebe Islâmico, chamada AQIM. Mas ocorreram inúmeras desavenças e conflitos, pois discordavam sobre a futura organização política da região controlada. Nesta conjuntura, enquanto o MNLA era essencialmente secular, extremistas islâmicos que objetivaram um Estado islâmico pautado na *sharia*⁴. Assim, em julho de 2012, o MNLA foi perdendo terreno e influência para os grupos islamistas.

Já em 10 de janeiro de 2013, o governo de Bamako, se vendo incapaz de deter a consolidação e o avanço dos grupos rebeldes separatistas do norte, decidiu pedir intervenção estrangeira no país. Por meio da Operação Serval, o governo francês foi rápido no envio de apoio por meio de tropas à capital. Em 28 de janeiro de 2013 os franceses juntamente com o governo malinês, reconquistaram o controle das cidades de Timbuctu e Gao, bases fundamentais para apoiar incursões mais ao norte do país (LE MONDE, 2013). Desta forma, o arco do rio Níger foi tomado conforme os planos do presidente francês, François Hollande, em 48 horas com o uso total de 4500 homens. Contudo, permanecem regiões em mãos islamistas, como é o caso do maciço montanhoso do Adrar dos Ifhogas, região saariana de difícil acesso junto à fronteira com a Argélia e Níger (GUIBERT, 2013).

Importante ressaltar que a atuação de grupos islamistas extremistas podem equivocamente indicar a popularidade desse ramo religioso no país, comparando-os aos talebãs no Afeganistão no início do século XXI (THE ECONOMIST, 2013a). No entanto, a grande maioria da população malinesa adere ao Islã sunita do ramo maliquita, mais tolerante aos costumes locais. Esse ramo inclusive tolera a ingestão de álcool e o uso do fumo mesmo durante o Ramadã⁵ (DELCROZE, 2012). O maliquismo, portanto, tem grande presença social no Mali, atuando em redes de ensino, hospitais e apoio social.

Os extremistas islâmicos, entre os principais o Ansar Dine, AQIM e MUJAO (esse último, Movimento para a Unidade e Jihad Islâmica na África Ocidental) advêm do ramo salafista⁶, do sunismo islâmico. Não toleram a idolatria de túmulos de pessoas sagradas e construções islâmicas com características locais. Em 3 de julho de 2012, como exemplo, extremistas islâmicos atearam fogo em uma das três principais mesquitas da região de Timbuctu, patrimônio histórico tombado pela UNESCO. Também uma porta que conduz à mesquita de Sidi Yahia, datada do século XV, foi destruída a golpes de picareta, desfigurando as inscrições históricas nela entalhadas (LAFITTE, 2012). Desnecessário dizer que esses atos foram impopulares entre a maioria da população islâmica maliquita do país. Os extremistas islâmicos não têm popularidade entre a grande parte da população malinesa e são considerados por muitos como estrangeiros (WHITEHOUSE, 2013).

Isto posto, interessa ressaltar que a intervenção estrangeira no Mali foi explicada por diversas maneiras. Alguns analistas apontam a região como estratégica, vital pelas suas minas de urânio, ouro e petróleo (TEICHMAN, 2013; WELSH, 2013). Porém, as reservas minerais no Mali são apenas potenciais, ainda não localizadas e exploradas e

4 A *sharia* é o nome que se dá ao código de leis islâmicas, tendo como fontes o Corão, a vida e ensinamentos de Maomé (*suna*) e as suas interpretações (*hadith*). Rege o código a conduta pública e privada do muçulmano, incluindo questões de política, negócios, contratos, família, casamento, divórcio, sexualidade e higiene.

5 Nono mês do calendário islâmico em que se jejua desde a nascer do sol ao seu poente. Almeja-se com esse ritual a renovação da fé, a caridade, fraternidade e reforçar valores familiares e religiosos.

6 O ramo salafista do sunismo é um movimento de reforma que almeja as condições culturais e morais dos primeiros muçulmanos à época de Maomé, visando adaptar o Islã aos tempos modernos. Foi uma reação ao crescente ocidentalismo desde fins do século 19, primeiramente organizado no Egito.

pouco sentido faz explicar uma custosa intervenção no país por recursos ainda não evidentes, conforme argumenta Bruce Whitehouse (2013).

Outros autores evidenciam a posição estratégica do Mali como palco de projeção de extremistas islâmicos para toda a África do norte (BODIRSKY, 2012). Mas os extremistas islâmicos no Mali não são maioria e possuem pouca aceitação pela maioria da população que adere a um ramo mais tolerante e local do islamismo, o maliquismo, presente há séculos na sociedade e cultura malinesa.

Considerando que organizações extremistas islâmicas como o AQIM e MUJAO não têm apoio de países vizinhos ao Mali, sua atividade poderia ser controlada e contida pelas fronteiras visando reduzir os suprimentos aos rebeldes. Além do mais, devido aos seus vinte anos de estabilidade política, os malineses não almejam menos democracia, como ameaçam extremistas islâmicos e separatistas, mas mais participação e representação política (WING, 2013).

Um dos fatores da crise certamente se passa pela marginalidade das regiões setentrionais do Mali. O norte malinês representa 70% da extensão territorial do país, contendo apenas 10% de sua população. Essa região historicamente foi negligenciada à penúria e a poucos investimentos por parte de Bamako durante décadas (DEL-CROZE, 2012). O governo malinês jogava grupos setentrionais locais uns contra os outros, visando enfraquecer suas alianças (BEAUMONT, 2013). A situação foi agravada com a desertificação a avançar pelo norte, somando-se com a disponibilidade de mercenários e armamentos advindos da fronteira com a Líbia, após a queda de Muammar al-Gaddafi em 2011.

As sublevações organizadas de tuaregues e árabes visando à secessão, como é o caso do MNLA, são consequências de décadas de abandono político do Estado malinês. O grave quadro de penúria e desertificação crescente no norte malinês foi também local de ação de extremistas islâmicos advindos de regiões fronteiriças, organizando-se em grupos como o Ansar Dine, MUJAO e AQIM. Esses últimos vicejaram nas condições extremas de crise social em regiões nortistas, mas possuem pouco respaldo popular, já que anseiam por reformas rumo a um Estado de orientação extremista islâmica.

Neste norte, a intervenção estrangeira francesa no Mali foi um ato positivo, considerando os pedidos e a incapacidade do governo de Bamako em conter os avanços vindos dos rebeldes do norte. No entanto, há necessidade de precaução, pois a intervenção pode vir a desgastar-se com o tempo, e começar a ser considerada pela sociedade malinesa como uma invasão neocolonial, ou mesmo um inimigo não-muçulmano a ser combatido (THE ECONOMIST, 2013b).

Tropas africanas internacionais como as da ECOWAS (Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental, sigla em inglês) e UA (União Africana) poderão vir a ter um papel fundamental na pacificação e administração em regiões malinesas rebeldes. E isso poderia ser mais um capítulo de *peacekeeping* africano em países com crise civil (CHITYO, 2013), conforme já foi demonstrado em casos passados, como a operação AMISOM (Missão da União Africana na Somália, sigla em inglês) na Somália e da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC em inglês) na região oriental da República Democrática do Congo.

Conclusão

Por fim, a recente crise no Mali reflete o passado de um Estado em que muitos da sua sociedade foram sub-representados. Um Estado que foi organizado desde o período colonial francês para atender aos interesses de grupos específicos, não representando assim, toda a nação malinesa. Povos setentrionais malineses, tuaregues e árabes, muitos deles nômades saarianos, sempre foram ignorados por Bamako. Somando-se isso a uma situação de penúria em que povos setentrionais se encontram, formam um combustível a mais para o alastramento do secessionismo e do extremismo religioso em uma sociedade que historicamente praticou um Islã tolerante. Conforme concluiu Penna Filho (2013):

O grande problema do Mali e de tantos outros países africanos reside na pobreza generalizada e na falta de um poder público que alcance a população. Não é à toa que as revoltas frequentemente surgem na periferia dos Estados, justamente nas áreas mais abandonadas. Enquanto o problema da inclusão social não for enfrentado, as esperanças são poucas. Não há solução estritamente militar para essa questão e o fundamentalismo religioso surge como um elemento complicador a mais em contextos de instabilidade crônica.

Mali precisa de um governo legítimo, representativo e mais descentralizado para conter as forças centrífugas do norte. O presidente em óficio, Capitão Dioncounda Traoré, subiu ao poder após acordos com militares que organizaram o golpe de 22 de março de 2012. Há, pois, a necessidade de haja um governo democraticamente eleito e legítimo aos olhos da sociedade, mais inclusivo e representativo e que ajude a conter o agravamento da crise interna do país.

Referências bibliográficas

- ARNOLD, Guy. *Africa: a modern history*. Londres: Atlantic Books, 2006.
- BEAUMONT, Peter. Terrorism is just one of many scourges to beset the people of Mali for decades. Londres: *The Guardian*, 2013, 20 jan. 2013. Disponível em: <<http://www.guardian.co.uk/commentisfree/2013/jan/20/mali-needs-true-democracy?intcmp=239>>. Acesso em: 3 fev. 2013.
- BORDISKY, Daniel. Islamic Fundamentalism in Africa. Toronto: *Geopolitical Monitor*, 2012, 31 ago. 2012. Disponível em: <<http://www.geopoliticalmonitor.com/islamic-fundamentalism-in-africa-4721>>. Acesso em: 28 jan. 2013.
- CHITYO, Knox. Mali Will be a Milestone for Africa. Londres: *The Guardian*, 2013, 18 jan. 2013. Disponível em: <<http://www.guardian.co.uk/commentisfree/2013/jan/18/mali-milestone-africa-france-security>>. Acesso em: 1º. fev. 2013.
- DEL CROZE, Jacques. Menaces de partition, rumeurs d'intervention Effondrement du rêve démocratique au Mali. Paris: *Le Monde Diplomatique*, 2012, set. 2012. Disponível em: <http://www.monde-diplomatique.fr/2012/09/DEL_CROZE/48141>. Acesso em: 29 jan. 2013.
- GUIBERT, Nathalie. Le plus dur reste à faire: aller chercher AQMI dans ses sanctuaires. Paris: *Le Monde*, 2013, 28 jan. 2013. Disponível em: <http://www.lemonde.fr/international/article/2013/01/28/le-plus-dur-reste-a-faire-au-mali-aller-chercher-aqmi-dans-ses-sanctuaires_1823342_3210.html>. Acesso em: 1º. fev. 2013.
- GRUNDY, Kenneth W. Mali: The Prospects of "Planned Socialism". In: FRIEDLAND, William H. & ROSBERG, Carl G. (Orgs.). *African Socialism*. 2ª ed. Stanford: Stanford University Press, 1992. p. 175-193.
- KANYA-FORSTNER, A. S. *The Conquest of Western Sudan: a study in French military imperialism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- LAFITTE, Priscille. Pour la première fois, les islamistes s'attaquent à une mosquée de Tombouctou. Paris: *France 24*, 2012, 3 jul. 2012. Disponível em: <<http://www.france24.com/fr/20120702-mali-islamistes-attaque-mosquee-tombouctou-sidi-yahia-mausolee-ansar-dine>>. Acesso em: 29 jan. 2013.
- LE MONDE. L'armée française prend le contrôle de Tombouctou. Paris: *Le Monde*, 2013, 28 jan. 2013. Disponível em <http://www.lemonde.fr/afrique/article/2013/01/28/l-armee-francaise-prend-le-controle-de-tombouctou_1823347_3212.html>. Acesso em: 1º. fev. 2013.
- MACEDO, Emiliano Unzer. Perspectivas Democráticas na África Contemporânea. Brasília: *Meridiano 47*, vol. 12, n. 124, mar-abr 2011. Disponível em <<http://seer.bce.unb.br/index.php/MED/article/viewArticle/3368>>. Acesso em: 27 jan. 2013. p. 15-21.

- MELLY, Paul. Why Mali Matters. Londres: *Chatham House*, 2013, 16 jan. 2013. Disponível em: <<http://www.chathamhouse.org/media/comment/view/188501>>. Acesso em: 30 jan. 2013.
- MEREDITH, Martin. *The State of Africa: a history of fifty years of independence*. Nova Iorque: Simon & Schuster, 2006.
- OLIVER, Roland. *A Experiência Africana: da pré-história aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- PENNA FILHO, Pio. *A África Contemporânea: do colonialismo aos dias atuais*. Brasília: Hinterlândia, 2009.
- _____. Jihadismo e Intervenção Francesa no Mali. Brasília: *Mundorama*, 2013, 22 jan. 2013. Disponível em: <<http://mundorama.net/2013/01/22/jihadismo-e-intervencao-francesa-no-mali-por-pio-penna-filho/>>. Acesso em: 2 fev. 2013.
- TEICHMAN, R. The War on Mali, What you should know: an Eldorado Uranium, Gold, Petroleum, Strategic Minerals. Montreal: *Global Research*. 2013, 15 jan. 2013. Disponível em: <<http://www.globalresearch.ca/the-war-on-mali-what-you-should-know/5319093>>. Acesso em: 28 jan. 2013.
- THE ECONOMIST. The Sahara – Afghanistan?. Londres: *The Economist*, 2013a, 26 jan. 2013. Disponível em: <<http://www.economist.com/news/leaders/21570704-real-danger-world-turns-its-back-another-poor-place-threatened>>. Acesso em: 28 jan. 2013.
- _____. Jihad in Africa – Danger in the Desert. Londres: *The Economist*, 2013b, 26 jan. 2013. Disponível em: <<http://www.economist.com/news/briefing/21570720-terrorism-algeria-and-war-mali-demonstrate-increasing-reach-islamist-extremism>>. Acesso em: 28 jan. 2013.
- WELSH, May Ying. Admin Aids French Bombing of Mali After U.S.-Trained Forces Join Rebels in Uranium-Rich Region. Nova Iorque: *Democracy Now*, 2013, 15 jan. 2013. Disponível em: <http://www.democracynow.org/2013/1/15/admin_aids_french_bombing_of_mali>. Acesso em: 2 fev. 2013.
- WHITEHOUSE, Bruce. Behind Mali's Conflict: myths, realities & unknowns. *Bridges from Bamako* [blog], 2013, 16 jan. 2013. Disponível em: <<http://bridgesfrombamako.com/#access>>. Acesso em: 31 jan. 2013.
- WING, Susanna. Making Sense of Mali. Nova Iorque: *Foreign Affairs*, 2013, 20 jan. 2013. Disponível em: <<http://www.foreignaffairs.com/articles/138767/susanna-wing/making-sense-of-mali>>. Acesso em: 3 fev. 2013.

Resumo

O presente artigo analisa as condições para a situação atual de crise no Mali. A histórica sub-representação do Estado malinês de regiões setentrionais pode melhor elucidar as causas da crise civil que não é suficientemente explicada apenas em termos de estratégia por recursos minerais ou alastramento do extremismo islâmico no país.

Abstract

This article examines the conditions for the actual crisis in Mali. The historic misrepresentation of northern regions in the government of Mali may elucidate the causes of the civil crisis that may be not sufficiently explained only in terms of strategy for mineral resources or spread of Islamic extremism in the country.

Palavras-chave: Mali; Estado; sociedade africana

Keywords: Mali; government; African society

Recebido em 07/02/2013

Aprovado em 22/04/2013

As negociações internacionais do Brasil em cooperação militar contemporâneas: o caso aeronáutico com a França

Brazilian international negotiations in military contemporary technical cooperation: the aeronautical case with France

Mayara Drummond Borges*

Kleber Carlos Ribeiro Pinto**

Boletim Meridiano 47 vol. 14, n. 136, mar.-abr. 2013 [p. 25 a 32]

1. Introdução

As mudanças tecnológicas contemporâneas contribuíram para que o mundo caminhasse para um processo de interdependência, a globalização. Segundo Martínez, Salas e Márquez (1997 in ABÍLIO, 2007, p.1), a globalização é uma nova fase do desenvolvimento capitalista, baseada na ausência de regularização do mercado, de processos trabalhistas e das forças de trabalho, de privatizações fundamentadas nas inovações tecnológicas voltadas para a utilização da microeletrônica, robótica, automação, tecnologia da informação, biotecnologia e biogenética. Santos (online) entende que “*a globalização pretende ser homogeneizadora, como presença obrigatória em todos os continentes e lugares*”.

As negociações internacionais se acentuam para gerar uma cooperação tecnológica entre os países, visando diminuir as desigualdades internacionais através da disseminação do conhecimento e das tecnologias. De acordo com Soares (1994), a evolução do cenário global mostra que as relações internacionais eram anteriormente voltadas para a manutenção do *status quo* e passaram a deslumbrar na cooperação internacional a manutenção da paz e segurança internacionais. Diretamente associadas ao nível de desenvolvimento socioeconômico dos Estados, a segurança e a paz passaram a ser uma preocupação das políticas internacionais. O que antes era tratado como ajuda dos países avançados para os em desenvolvimento adquiriu uma nova forma a partir da década de 1960 com a então denominada cooperação técnica internacional (CTI).

Neste texto serão abordadas as negociações internacionais Brasil-França em tecnologias avançadas no setor aeronáutico militar. O assunto encontra-se na pauta contemporânea das negociações entre os dois países e tem despertado o interesse de estudiosos das relações internacionais. É apresentada uma análise do caso a partir das abordagens teóricas da negociação e da cooperação técnica internacional.

2. Negociações Internacionais

As negociações internacionais podem ser entendidas como processos de interação verbal no qual existe um interesse comum e busca-se conquistar os objetivos de ambas as partes envolvidas no cenário internacional. Embora

* Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Uberlândia – UFU (mayara@ri.ufu.br).

** Professor adjunto da Faculdade de Gestão e Negócios da Universidade Federal de Uberlândia – UFU (kleber@ufu.br).

haja o interesse comum, a negociação internacional (NI) é motivada pela ocorrência de um conflito ou discordância. Dessa forma, a NI é o instrumento adequado para solucionar essa divergência, chegar a um acordo, estreitar as relações e/ou os laços existentes, ou ainda, melhor ajustar os interesses.

Um breve histórico sobre as negociações bilaterais entre Brasil e França mostra que através delas os países chegaram a vários acordos e estreitaram as relações, conforme aponta o Plano de Ação para Parceria Estratégica de 2008 (MRE, 2008).

As negociações podem ser: econômicas, comerciais, trabalhistas, políticas, diplomáticas ou administrativas e podem negociar tanto bens como serviços ou ideias. As negociações internacionais aqui analisadas são do tipo diplomáticas, realizadas entre o governo brasileiro e o francês, e dizem respeito à defesa. O processo de negociação, ora é desenvolvido pelos ministros de relações exteriores e da defesa, ora pelos presidentes dos países.

Zajdsznajder (1988) defende que para ocorrer uma negociação entre múltiplos interessados é preciso que haja a princípio, uma interação coletiva, entre pessoas. Esse autor diferencia negociação de negociação coletiva, de modo que na primeira, os membros envolvidos atuam como pessoas, na segunda, como indivíduos anônimos.

Na Teoria de Negociações Internacionais (TNI) existem três modelos interpretativos de negociações. São eles: processo decisório, solução de problemas e jogo. No primeiro, o participante possui um conjunto de alternativas antes da negociação e procura persuadir o oponente a aceitar alguma das suas propostas, enquanto no segundo os participantes constroem as alternativas ao longo do processo de negociação e no terceiro, as ações são conduzidas pela competição.

As negociações podem ser classificadas em distributivas, integrativas ou intermediárias. Quando distributivas, os recursos envolvidos são fixos de modo que quanto mais uma parte ganha, mais a outra perde. Opostamente, na negociação integrativa os recursos não são fixos e as partes buscam incrementá-los de maneira contributiva e participativa. Nesse tipo, o acordo é o processo natural, pois quanto mais uma parte contribui com a outra, maiores são os ganhos.

O caso aqui analisado pode ser interpretado como uma negociação integrativa, pois se trata cooperação, em que ambas as partes saem ganhando à medida que uma contribui com a outra.

2.1 O Processo de Negociações

Segundo as abordagens teóricas de Negociação, a existência de negociações anteriores e as habilidades dos negociadores influenciam o processo de negociação. O Brasil e a França possuem uma relação antiga. A intensificação no número de acordos bilaterais dos últimos anos levou à assinatura de um Plano de Ação para Parceria Estratégica em dezembro de 2008 (MRE, 2008). Assim, a ideia base desse Plano é a dos países agirem como parceiros, trabalharem juntos, buscarem sucessivos acordos através das negociações.

Ademais, esse processo submete os envolvidos a vários sentimentos como pressões e tensões que podem, por sua vez, influenciarem as ações, precipitando-as ou não. Também, submete a um teste subjetivo no qual um negociador apresenta preferências e percepções em relação ao outro.

A estrutura da negociação é formada através dos resultados das relações de interação e das características das partes. É preciso fazer um cruzamento entre a necessidade de um e a possibilidade do outro e dos limites que norteiam o processo de negociação, levantando uma relação entre o máximo a ceder e o mínimo a aceitar ou até que ponto uma necessidade obriga a aceitação da proposta do outro. É necessário estabelecer, também, a disponibilidade de recursos que permite melhorar a proposta para a outra parte. Os levantamentos iniciais podem ser alterados conforme vai ocorrendo a negociação, por isso, é preciso ter em mente o máximo e o mínimo disposto a ceder e aceitar, respectivamente.

Um bom exemplo é o caso da negociação da compra de caças pelo Brasil. A Força Aérea do Brasil – FAB –

visa adquirir 36 aviões de combate multiuso em substituição aos equipamentos hoje utilizados, quais sejam 12 Mirage-2000, 59 F-5 e 40 AMX. Para tal compra, três países estão disputando como fornecedores: França, EUA e Suécia. A França disputa com o modelo Rafale F3 da Dassault, os estadunidenses com o modelo da Boeing: Super Hornet F/A-18 e os suecos com o Gripen NG, da Saab (SILVA, online).

A França firmou vários acordos de defesa nas últimas décadas com o Brasil, o que a favorece nesse processo de negociação em relação aos demais fornecedores. Essa negociação já vem se prolongando durante alguns anos e enquanto isso as ofertas dos possíveis vendedores vão sendo melhoradas. Segundo o jornal O Globo (ONOFRE, 2012), o Ministro da Defesa francês, Jean-Yves Le Drian, afirmou na primeira semana de novembro de 2012 que caso o Brasil compre seus caças, a França transferirá toda a sua tecnologia.

A princípio cada negociador estabelece suas hipóteses em relação ao outro considerando o máximo possível a ser obtido e aceito. Durante o processo em si, cada um busca do outro que modifique suas aspirações.

O governo brasileiro tinha a expectativa de que a França poderia melhorar sua proposta e fez com que isso ocorresse ao longo das negociações da compra dos caças.

Na negociação, quanto mais próximos forem, a proposta do risco, mais ela tende ao insucesso do acordo. Além disso, outros fatos marcantes podem contribuir para as negociações, por exemplo, uma crise econômica e a ocorrência de desastres naturais, tais como furacões e terremotos.

Antes de uma negociação é preciso levantar dados, buscar informações quanto ao mercado, às partes envolvidas, à credibilidade das mesmas, à quantidade de recursos disponíveis, à estabilidade racional e emocional dos negociadores. Os negociadores devem estabelecer os itens a serem omitidos ou expostos, avaliar as informações preliminares e complementares, as quais devem ser continuamente buscadas durante todo o processo de negociação para então se estabelecer o uso e a dimensão do poder de barganha.

Os níveis emocionais e afetivos influenciam as negociações. Uma negociação pode ser colocada em risco quando ocorrem comportamentos agressivos ou defensivos assim como expectativas equivocadas podem gerar decepções e afastamentos. Por isso, é importante o comportamento, a compreensão e a percepção do ser humano. A demonstração de confiança é peça chave neste processo. O contrário: desconfiança, insegurança e falsidade impossibilitam imediatamente a ocorrência do processo.

2.2 Estratégia

Uma estratégia de negociação é formada para estabelecer o caminho a ser desempenhado durante tal processo. Segundo Zajdsznajder (1988), o poder de barganha, a busca e o uso das informações, bem como a clareza das questões a serem tratadas, são as bases para a definição da estratégia da negociação. Duas preocupações devem ser tomadas pelo negociador ao estabelecer uma estratégia: 1) indagar se a leitura das correlações de forças realizada pelo outro negociador está correta e 2) estimar a estratégia do outro.

Na estratégia, portanto, deve-se definir a ordem das questões a tratar; os aspectos principais e secundários do objeto, o limite máximo e o mínimo; os pontos fracos e fortes das partes, inclusive os próprios; analisar a flexibilidade dos aspectos; determinar o tempo de validade; delinear propostas iniciais e posteriores e o poder de barganha de cada envolvido, pensar e prever alternativas de ações dos demais e as respectivas reações.

Outra forma de análise de uma estratégia é sob o levantamento de pontos: fracos, fortes, de fácil/difícil penetração, resguardados e livres. Os pontos fortes dizem respeito aos aspectos de confluência entre os negociadores para a busca de um acordo, enquanto os fracos são os itens que apresentam falhas. Os pontos de fácil/difícil penetração dizem respeito os frágeis e robustos respectivamente, sendo que os primeiros devem ser esquecidos. Quanto aos pontos resguardados, como o próprio nome já diz, são os itens que devem ser guardados para caso haja a necessidade durante o processo. Por fim, os pontos livres são aqueles que não possuem importância crucial.

3. Cooperação Técnica Internacional (CTI)

3.1 Cooperação ou Assistência?

Frequentemente os termos assistência e cooperação são usados erroneamente como sinônimos. Soares (1994) faz uso do Dicionário Francês “*Dictionnaire de la terminologie du droit international*” (1960) para definir os termos:

“*Assistência Técnica* – Expressão empregada para designar a ajuda fornecida, sob a égide da ONU, pelos Estados com estrutura econômica adiantada aos países insuficientemente desenvolvidos, a fim de colocar à disposição destes os meios técnicos que lhes fazem falta para promover suas economias” (p.169);

“*Cooperação* – A ação de trabalhar conjuntamente com outros... Na expressão cooperação internacional, esse termo visa, em geral, à ação coordenada de dois ou mais Estados, com vistas a atingir resultados por eles julgados desejáveis” (p.169)

Até a década de 1960 havia uma ideia de ajuda e assistência dos países desenvolvidos para os subdesenvolvidos seja em termos de recursos, conhecimento ou tecnologia. Soares (1994) ressaltada a criação de um direito ao desenvolvimento, isto é, o desenvolvimento passa a ser um direito dos Estados não industrializados. E a cooperação, portanto, um dever por partes dos já industrializados segundo os preceitos da Carta da ONU.

De acordo com a Associação Brasileira de Cooperação (ABC):

“uma ação de Cooperação Técnica Internacional (CTI) pode ser caracterizada como uma intervenção temporária destinada a promover mudanças qualitativas e/ou estruturais em um dado contexto socioeconômico seja para sanar e/ou minimizar problemas específicos identificados naquele âmbito, seja para explorar oportunidades e novos paradigmas de desenvolvimento”. ABC (2005, p.05)

Infere-se, portanto, que os objetivos da CTI são acessos a: tecnologias, experiências, conhecimento e capacitação disponíveis no exterior para alcançar o desenvolvimento dos países.

Uma CTI pode ser bilateral ou multilateral, isto é, entre instituições de dois países ou entre instituição nacional e um organismo internacional. As atividades de uma Cooperação Internacional são:

“Mesclar experiências externas com conhecimento disponíveis no próprio país, gerando um produto novo; Acessar experiências bem-sucedidas localizadas em outros países (via ações bilaterais ou por redes de informação/conhecimento);

Financiar projetos de caráter inovador, para a geração e disseminação de conhecimento e de boas práticas e; Capacitar instituições nacionais públicas e da sociedade civil para o planejamento e execução de programas de desenvolvimento” (ABC, 2005, p.08).

3.2 CTI como Instrumento Desenvolvimentista

A Comissão Econômica Para América Latina e o Caribe (CEPAL) é uma das cinco comissões regionais criadas pela ONU (Organização das Nações Unidas) em 1948 para estudar o desenvolvimento econômico da região. Um estudo realizado por esta comissão na época defendeu a construção da cooperação para o desenvolvimento. A CTI passou a ser a nova tendência e a adotada para o Brasil que buscava o pleno desenvolvimento nacional.

Desde então, segundo Cervo (1994), os anos 1960 e nos trinta anos seguidos o governo brasileiro acreditou que o desenvolvimento nacional seria promovido através da CTI. A idéia básica era a de que se deveria focar no crescimento econômico, e o social seria uma consequência.

A CTI leva à redução das disparidades entre os Estados. Por isso, os Estados em desenvolvimento utilizam a cooperação para sanarem suas necessidades e diminuírem assimetrias.

No cenário internacional, há uma ênfase no controle sobre o mercado de alta tecnologia. Os países desenvolvidos restringem os em desenvolvimento através da proteção da propriedade intelectual. A cooperação internacional é que pode resolver o impasse. Através deste mecanismo se busca o acesso à informação e ao conhecimento.

O Brasil e a França ao definirem um acordo de cooperação técnica, permitem que a França como país desenvolvido forneça tecnologia, conhecimento e capacitação para o Brasil, país que por não ser detentor de tecnologia de ponta no setor específico, hoje se encontra em desvantagem no cenário internacional. A cooperação é benéfica para ambos à medida que possibilita aos países em desenvolvimento o compartilhamento dos custos, das experiências e dos conhecimentos sobre tecnologias.

4. Cooperação Tecnológica militar Brasil-França

A cooperação técnica é amparada por acordos básicos entre as partes. Os acordos de CTI entre o Brasil e França iniciaram em 1967, com o Acordo de Cooperação Técnica e Científica. Trinta anos depois, 1997, foi feito um novo acordo base denominado Acordo Quadro de Cooperação. Esses acordos constituem a base legal dessa cooperação bilateral. (MRE, 2010b.)

O continente europeu apresenta proeminência nas áreas de ciência, tecnologia e inovações. No que tange à área aeronáutica militar, os acordos se intensificaram após o fim da Guerra-Fria. O Governo Lula da Silva buscou, pois, em sua política externa dar prioridade aos acordos de cooperação na região assim como intensificar os acordos de transferências tecnológicas que estavam sendo bem sucedidos, que era o caso da parceria com a França no setor de defesa, como mostra abaixo a tabela de atos bilaterais entre os dois países. (MRE, 2010a.)

Atos Bilaterais entre Brasil-França no setor aeronáutico militar	
1967	Acordo de Cooperação Técnica e Científica
1989	Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica e Científica nos Setores Aeronáutico e Espacial.
1997	Acordo Quadro de Cooperação
2001	Memorando de Entendimento sobre Cooperação Científica e Tecnológica em áreas Prioritárias.
2005	Acordo para Cooperação na Área da Aeronáutica Militar
2005	Protocolo de Intensões Referente à Cooperação na Área das Tecnologias Avançadas e de suas Aplicações
2005	Acordo Relativo à Cooperação no Domínio da Defesa e ao Estatuto de suas Forças
2008	Parceria Estratégica entre a República Federativa do Brasil e a República Francesa
2008	Acordo na Área de Submarinos

Fonte Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/temas-politicos-e-relacoes-bilaterais/europa/franca/pdf>>.

Em termos de cooperação técnica na área aeronáutica militar os acordos iniciais datam de 2005. Desde 2003 o governo brasileiro do Presidente Lula da Silva já anunciava a possibilidade de um acordo de cooperação com o governo francês de Chirac. A concretização ocorreu dois anos depois, em 15 de julho 2005 em Paris, com a assinatura do Acordo para Cooperação na área da Aeronáutica Militar, que só entrou em vigor em 21 de setembro de 2006 tendo como objeto:

- “a) trocar experiências e informações técnicas e operacionais relativas a programas da aeronáutica militar, a equipamentos e a tecnologias, bem como suas aplicações operacionais;
 - b) promover a participação em treinamentos e exercícios militares conjuntos; e
 - c) identificar possibilidades de fornecimento de aeronaves, equipamentos, armamentos e serviços.”
- (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA: CASA CIVIL, 2006, online)

Igualmente na mesma data foram assinados os acordos relativos ao fornecimento de materiais e serviços no âmbito aeronáutico militar e de cooperação de tecnologias avançadas. Como afirma a teoria de negociações internacionais, as negociações buscam manter seus parceiros, três anos após, em 2008, foi firmado o Plano de Ação para Parcerias Estratégicas, o qual firma uma preferência pela parceria Brasil-França.

Ainda em 2008 foi acordado o desenvolvimento e construção de submarinos convencionais e de propulsão nuclear. Esses últimos asseguraram a camada pré-sal (reserva petrolífera), pois são mais adequados para águas profundas da plataforma continental do Brasil – possuem uma capacidade maior de permanecerem mais tempo submersos. A produção dos submarinos será feita em ambos os países, o Brasil vai desenvolver o reator nuclear, havendo transferência da tecnologia francesa de fabricação de armas e também a assistência para construção de uma base naval e de um estaleiro para os submarinos. A detenção dessa tecnologia nuclear vai inserir o Brasil no seletivo grupo de países que possuem esse domínio entre eles EUA, China, Inglaterra e Rússia. (JESUS, 2012; SENADO FEDERAL, 2011)

Segundo o senador João Pedro (SENADO FEDERAL, 2011), durante a negociação internacional dois aspectos franceses foram bastante atraentes, isto é, determinantes para que o processo de negociação fosse bem sucedido. O primeiro é o domínio francês dos submarinos nucleares que são estratégicos para defesa do pré-sal e, segundo, porque haverá a transferência de tecnologia.

Ainda no acordo aeronáutico, é feita uma previsão da compra de cinquenta helicópteros de médio porte e aeronaves EC 725, chamado de Projeto H-X BR. A parceria deve ocorrer entre as empresas Eurocopter (francesa) e Helibrás (brasileira) e foi novamente prevista na Declaração de Intenções entre o Ministro da Defesa da República Federativa do Brasil e o Ministro da Defesa da República Francesa de 07 de Setembro de 2009 (MRE, 2009) Essa previsão deixa clara a questão da continuidade das parcerias em negociações internacionais bem sucedidas (JESUS, 2012; SENADO FEDERAL, 2011), conforme indica a teoria de negociações.

Outro processo de negociação internacional que ainda está ocorrendo, já citado, é a compra de caças. Pode-se supor que a França percebeu o interesse brasileiro na transferência de tecnologias uma vez que o acordo dos submarinos foi bem sucedido principalmente por esse fato. Dessa forma, o país europeu decidiu aumentar sua proposta durante a negociação dos caças a partir do momento em que se dispõe a transferir a tecnologia dos caças caso seja o fornecedor escolhido.

Um dos aspectos que podem influenciar uma negociação é a crise. Os países desenvolvidos foram os principais afetados na crise de 2008. No entanto, os países em desenvolvimento foram afetados pelos reflexos desta. O crescimento brasileiro diminui de modo a interromper o fechamento da negociação da compra dos caças durante os próximos períodos. A Presidenta Dilma Rousseff disse em dezembro de 2012, durante visita a França, que a compra está suspensa devido à crise e perdurará até que o Brasil volte a crescer. (FRANCO; VIZEU, 2012)

Os acordos de cooperação técnica internacional buscam compartilhar conhecimentos, técnicas e capacitação. É perceptível que o governo brasileiro tenta, durante o processo de negociações, fazer com que o governo francês aumente sua proposta. A princípio os acordos não abrangem a transferência de tecnologia, que é o maior interesse brasileiro. Pois, normalmente o acordo visa além da simples defesa nacional, pensando também o econômico. No caso dos caças, por exemplo, o governo brasileiro deseja que haja uma transferência de tecnologias para beneficiar a EMBRAER, o Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA) e empresas envolvidas no setor.

5. Considerações Finais

Os acordos de cooperação mencionados buscam diminuir assimetrias, aumentar o conhecimento e a capacitação do povo brasileiro em relação às tecnologias avançadas, particularmente no que diz respeito ao setor de defesa nacional aeronáutico militar. A cooperação tem sido efetiva e a parceria estratégica foi firmada pela assinatura de

um plano. Isso tem confirmado o preceito teórico das negociações internacionais, o qual diz que uma negociação entre as partes levam a preferências pelas mesmas partes.

As negociações atuais em torno da compra do caça e a atual declaração do Ministro da Defesa francês de que vai transferir toda a tecnologia para o Brasil caso a França seja escolhida como fornecedora mostram como as propostas vão se alterando conforme ocorre o processo de negociação. Os objetivos do Brasil e da França estão por ser alcançados, quais sejam o de conciliar interesses de ambas as partes para incrementar as relações políticas, de segurança e comerciais, todas relacionadas às tecnologias de uso militar.

É perceptível que enquanto a França melhora a proposta para o Brasil, ela aumenta a chance do acordo ser efetivado, incrementando o mercado dos seus caças, o que faz girar um importante setor da economia francesa – amenizando a crise que assola o país e o continente europeu. Esse duplo ganho demonstra que a negociação em curso é integrativa e que a Cooperação Técnica Internacional contribui para a negociação caminhar em direção ao acordo.

Outro aspecto a ser analisado é o poder de barganha. A simples possibilidade de o Brasil escolher um fornecedor da tecnologia militar distinto da França, aumenta o poder de barganha do Brasil, pois amplia o espaço para a busca de melhores propostas por parte dos fornecedores.

Referências

- ABÍLIO, M. (2007). *Globalização: características mais importantes*. *Revista Visões*, julho/dezembro 2007, 3^a Ed. Disponível em: <http://www.fsma.edu.br/visoes/ed03/3ed_artigo1.pdf>. Acesso em: 10 dezembro 2012.
- ABC – AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO (2005). *Diretrizes para o Desenvolvimento da Cooperação Técnica Internacional Multilateral e Bilateral*. Ministério das Relações Exteriores, Agência Brasileira de Cooperação. 2^a ed. Brasília, 2005.
- CERVO, A. (1994). Socializando o desenvolvimento: uma história da Cooperação Técnica Internacional do Brasil. *Revista Brasileira de Política Internacional*. Rio de Janeiro: ano 37, n.1, 1994.
- FRANCO, B.; VIZEU, R. (2012). *Compra de caças está suspensa por causa da crise, afirma Dilma*, publicado em Folha de São Paulo. Paris: 2012. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/83289-compra-de-cacas-esta-suspensa-por-causa-da-crise-afirma-dilma.shtml>>. Acesso em: 05 janeiro 2013.
- JESUS, S. (2012). *As dimensões estratégicas do Acordo entre o Brasil e França para a construção do submarino nuclear brasileiro*, publicado em Mundorama.net. Disponível em: <<http://mundorama.net/2012/01/02/as-dimensoes-estrateticas-do-acordo-entre-o-brasil-e-franca-para-a-construcao-do-submarino-nuclear-brasileiro-por-samuel-de-jesus/>>. Acesso em: 05 janeiro 2013.
- MRE – MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL (2010a). Cooperação Internacional. Cooperação bilateral recebida. *Balanço de Política Externa 2003-2010*, publicado em Itamaraty.gov. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010/listagem_view_ordem_pasta?b_start:int=150&-C=>>. Acesso em: 5 janeiro 2013.
- _____. (2009). *Declaração de Intenções entre o Ministro da Defesa da República Federativa do Brasil e o Ministro da Defesa da República Francesa de 07 de Setembro de 2009*, publicado em Divisão de Atos Internacionais – MRE. Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2008/b_140/>. Acesso em: 15 nov. 2012.
- _____. (2008). *Parceria estratégica entre a República Federativa do Brasil e a República Francesa*, publicado em Divisão de Atos Internacionais – MRE. Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2008/b_283//>. Acesso em: 15 nov. 2012.
- _____. (2010b) Relações com a Europa. Ciência, Tecnologia e Inovação. *Balanço de Política Externa 2003-2010*, publicado em Itamaraty.gov. <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010>>. Acesso em: 5 janeiro 2013.

ONOFRE, R. (2012). *Brasil e França terão encontros anuais sobre cooperação militar*, publicado em O Globo. Disponível em:< <http://oglobo.globo.com/pais/brasil-franca-terao-encontros-anuais-sobre-cooperacao-militar-6642946>>. Acesso em: 5 janeiro 2013.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA: CASA CIVIL. (2005). Decreto nº 6.011, de 5 de janeiro de 2007. Acordo para Cooperação na Área da Aeronáutica Militar entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República Francesa, celebrado em Paris, em 15 de julho de 2005, publicado em Planalto.gov. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6011.htm>. Acesso em: 15 nov. 2012.

SANTOS, M. (online). *O Brasil da Globalização*, publicado em Educacional.com. Disponível em: <<http://pessoal.educacional.com.br/up/4770001/1306260/t1311.asp>> Acesso em: 10 dezembro 2012.

SENADO FEDERAL. (2011). *Aprovado acordo Brasil-França para produção de submarinos*, publicado em Agência Senado. Disponível em: <<http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2011/04/05/aprovado-acordo-brasil-franca-para-producao-de-submarinos>>. Acesso em: 05 janeiro 2013.

SILVA, L. et al. (online). *O acordo de cooperação militar Brasil-França: análise das alternativas de compra dos caças, sob o prisma da cadeia produtiva do setor aeronáutico brasileiro*, publicado em Fea.usp. Academia da Força Aérea. Pirassununga. Disponível em: <<http://www.eadfea.usp.br/eadonline/grupodepesquisa/publica%C3%A7%C3%A5es/luz/20.pdf>> Acesso em: 5 janeiro 2013.

SOARES, G. (1994). A Cooperação Técnica Internacional. In: Marcovitch, Jacques (org.). *Cooperação Internacional: Estratégia e Gestão*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994, p.165-218.

ZAJDSZNAJDER, L. (1988). *Teoria e Prática da Negociação – Política da negociação*. 2.ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1988.

Resumo

São analisadas as negociações internacionais relacionadas à cooperação internacional tecnológica militar especificamente o caso da Aeronáutica do Brasil com a França, sob o foco de duas teorias: da Negociação e da Cooperação Técnica Internacional. Com base nessas abordagens, o processo de negociação bilateral frente à conjuntura econômica internacional é analisado.

Abstract

This paper analyzes international negotiations related to international military technology cooperation specifically the case of Aeronautics between Brazil and France, under the focus of two theories: Negotiation and International Technical Cooperation. Based on these approaches, the process of bilateral negotiation according to the international economic situation is analyzed.

Palavras-Chave: Negociações Internacionais bilaterais; Brasil-França; Cooperação Técnica Internacional Aero-náutica Militar

Keywords: Bilateral International Negotiations; Brazil-France; International Military Technical Cooperation

Recebido em 24/02/2013

Aprovado em 22/04/2013

Um começo germanophilo: 100 anos da Revista *A Defeza Nacional*

A germanophile beginning: 100 years of *A Defeza Nacional* Review

Thiago Tremonte de Lemos*

Boletim Meridiano 47 vol. 14, n. 136, mar.-abr. 2013 [p. 33 a 38]

Após a frágil consolidação dos Estados nacionais da América do Sul, entre o final do século XIX e o início do XX, diversas missões militares europeias auxiliaram no desenvolvimento das forças armadas dos países do continente. Argentina e Chile, por exemplo, já “modernizavam” seus exércitos com o acolhimento de instrutores alemães. O Brasil procrastinava. Ainda que, desde 1906, o governo enviasse cadetes à Alemanha, para um intercâmbio com vistas ao aperfeiçoamento da formação do oficial brasileiro. À época, o Marechal Hermes da Fonseca, Ministro da Guerra, e o Barão de Rio Branco¹ eram os maiores entusiastas do “modelo germânico”. Os franceses, que recebiam dos sul-americanos uma maior acolhida nos assuntos culturais e, embora fossem exportadores de equipamentos militares, estavam em desvantagem em relação aos alemães. Todavia, no Brasil, já havia uma missão atuando junto à Força Pública do Estado de São Paulo, bem como representantes de seus interesses que buscavam direcionar a escolha para uma delegação militar francesa. Constituiu-se, na ocasião, uma disputa entre “francófilos”, de um lado, e “germanófilos”, de outro.

Os oficiais brasileiros que retornaram do estágio no Exército do *Kaiser* ficaram de tal forma impressionados que não só se tornaram partidários da contratação de uma missão militar alemã, como eles próprios foram à luta pela modernização do Exército brasileiro: criaram, em 1913, uma Revista para defender suas bandeiras (*A Defeza Nacional*). No periódico – com formato assemelhado ao *Militär Wochenschrift* (LUNA, 2007: 6) – publicaram regulamentos militares traduzidos do Alemão para o Português, além de artigos escritos, em outros idiomas; exprimiram suas opiniões sobre assuntos concernentes à política militar brasileira; discutiam conceitos militares modernos, bem como analisavam campanhas brasileiras e europeias. Ganharam adeptos e se tornaram professores da Escola Militar do Realengo. Esses jovens oficiais – conhecidos pejorativamente, em um primeiro momento, como “jovens turcos²” – desempenharam um papel importantíssimo no desenvolvimento do Exército brasileiro. O debate sobre

* Professor Assistente de História Contemporânea do Departamento de História da Universidade de Brasília e doutorando em História Social pelo Programa de Estudos Pós-graduados em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (tremontethiago@hotmail.com).

1 Segundo José Murilo de Carvalho, após o fechamento da Escola Militar da Praia Vermelha, em 1904, a principal ação para o processo de modernização não veio apenas do Ministério da Guerra de Hermes da Fonseca, mas também do ministro Rio Branco, com o envio de estagiários brasileiros para a Alemanha, a fim de treinarem junto ao Exército do Kaiser Wilhelm II: “Hermes era entusiasta do sistema alemão e foi convidado a assistir às grandes manobras de 1910 presididas pelo Kaiser, aproveitando a ocasião para negociar a vinda de missão alemã. A missão não veio, mas três turmas de oficiais, uma de 1906, outra em 1908 e a última em 1910, absorveram, por dois anos cada uma, o espírito da organização militar alemã” (CARVALHO, 2005: 27).

2 “Esses militares reformistas, significativamente, acolheram de bom grado o apelido de ‘jovens turcos’... De início, seus detratores haviam dado conotações negativas ao apelido... mas os reformistas gostaram dele. Afinal, os alemães também haviam treinado os oficiais turcos; de fato, a missão que os treinara fora comandada pelo general (barão) Friedrich Colmar von der Goltz, que em 1910 fora cogitado para assumir a direção de uma missão semelhante no Brasil. Cabe lembrar que os oficiais turcos profissionalizados tomaram o poder e reformaram seu país” (MCCANN, 2007: 217). Entre os fundadores da revista estavam os oficiais Estevão Leitão de Carvalho, Bertoldo Klinger – estagiários na Alemanha – e Francisco de Paula Cidade.

a contratação da missão e sua nacionalidade aparece de forma clara e explícita nas páginas de *A Defesa Nacional*. No editorial do oitavo número do periódico, o assunto é tratado de maneira grave e com duras acusações aos “francófilos”:

“A idéa de contractar para o Brazil officiaes francezes tem sido entre nós francamente defendida por certos advogados administrativos, organisadores de syndicatos franco-brasileiros, agenciadores de emprestimos e outras personalidades do mundo dos negocios para quem é profundamente indiferente a sorte do Exercito como a da propria Nação, e com que seria uma pilheria trocar siquer uma palavra sobre questões militares”.

Para os membros da revista, o objetivo da missão francesa seria primordialmente a conquista de mercado para seus produtos bélicos industrializados, bem como diminuir a influência germânica neste campo. Após desqualificar os possíveis defensores do modelo francês, o editorial d'*A Defesa Nacional* voltou-se à comparação entre os Exércitos francês e alemão:

“Em maneira de tactica o exercito francez apenas agora começa a perfilhar principios, que foram em parte causa das victorias allemãs de 1870³ e que um simples fähnrich allemão não desconhece, quanto mais qualquer um dos officiaes do grande exercito em que temos ido beber os mais fecundos ensinamentos. É digna de menção a esse respeito a recente transformação do regulamento de manobras da artilharia de campanha franceza que representa um triumpho das idéas alemãs sobre o emprego technico e tactico dessa arma... A evolução actual das idéas tacticas em França pôde ser caracterizada por estas palavras, *o exercito francez se germanisa*. Não sabemos pois porque ainda se hesita entre a fonte original dos maiores progressos militares e a sua copia timida e indecisa, quando se pensa na escolha de officiaes estrangeiros para virem nos ensinar a moderna arte da guerra” (Revista *A Defesa Nacional*, nº 8, Rio de Janeiro, 10 de maio de 1914, ano I).

A presença do espírito militar francês, de um lado, se dá desde os tempos do Império Brasileiro. Como exemplo, a reforma da Academia Militar do Rio de Janeiro de 1839:

“A comissão da reforma de 1839, estabeleceu que o novo estatuto para a escola militar brasileira ‘organizará os necessários regulamentos, servindo-lhe de norma os que se acham presentemente em vigor na Escola Politécnica e na de Aplicação de Metz, em França, em tudo o que for adaptável ao plano de Estudos’. O novo Estatuto, o de 1839, mudou o nome da Academia Real Militar para Escola Militar e, de fato, privilegiou oficialmente o ensino de Engenharia. Por outro lado, seguindo bastante os princípios da ‘formação francesa’, militarizou, o quanto foi possível, o cotidiano da nova Escola Militar, principalmente quando criou a figura do ‘oficial instrutor’, encarregado do comando das companhias de alunos e da ‘instrução prática das Armas’” (TREVISAN, 1993: 14-15).

No final do século XIX, de outro lado, os exércitos chileno e argentino modernizaram-se, sofrendo forte influência alemã, notadamente com envio de missões do país europeu aos sul-americanos⁴. Segundo a análise de

3 “O futuro marechal Foch entrara na Escola de Guerra em 1885, ano em que Cardot apresentava pela primeira vez as idéias clausewitzianas aos futuros chefes do exército francês. A descoberta do ‘deus da guerra’ andava de par com seu profeta. A comparação entre a campanha de 1806 e a de 1870, entre o gênio do mestre e o talento do discípulo, tornara-se um tema de moda da história e da crítica militares” (ARON, 1986: 27). “Na França, a descoberta de Clausewitz se situa após as derrotas de 1870, acompanhando a descoberta, ou a redescoberta, de Napoleão, exigindo assim um estudo particular. Pode ser que o *Traité*, bem ou mal compreendido (mal compreendido, a meu ver) carregue uma parte de responsabilidade nas concepções dos generais franceses de 1914” (ARON, 1986: 10).

4 “Entre a segunda metade do século XIX e o início do século XX, as potências industriais europeias, em especial a França e a Alemanha, disputavam o monopólio da influência sobre os exércitos da América Latina. Tal disputa abarcava desde a venda de material bélico até o envio

Trevisan (1993), o Exército brasileiro também sofria, nos momentos derradeiros do Império, a influência alemã. Antes da chegada da Missão militar Francesa, em 1920, mais especificamente em 1924, quando começou a atuar na Escola Militar do Realengo, a principal referência do Exército brasileiro, em termos de formação da mentalidade do oficial, bem como o seu desenvolvimento à modernidade, havia sido o Exército alemão. Entretanto, não é possível afirmar que desde o retorno dos “jovens turcos” de seu estágio na Alemanha e da primeira publicação em 1913 de *A Defesa Nacional*, esse cenário germanófilo tenha se estabelecido por completo. A Reforma do ensino militar de 1913⁵, já de inspiração germânica, se desenvolveu de forma lenta – dando mais ênfase ao ensino prático e ao rigor disciplinar que em outros momentos da história do Exército brasileiro – mas os “jovens turcos” ainda estavam distantes da Escola Militar do Realengo, atuando em outras instituições de ensino militares e também, de alguma forma, nos quartéis. Resultados mais claros da ampliação da “mentalidade prussiana” no Exército brasileiro podem ser vistos em 1918 e 1919 (com as reformas promovidas pela Lei 3454, de 06 de janeiro de 1918 e o Decreto 13451, de 29 de janeiro de 1919, e a Missão Indígena⁶). Os oficiais mais antigos (mas de patente superior), por sua vez, e com uma mentalidade “arcaica”, viam no rigor dos modos militares dos novos oficiais uma afronta ao respeito da própria hierarquia (tal era a contradição do processo: para instituir o rigor e o respeito à hierarquia militar e política era preciso mudar a mentalidade do Exército naquele momento e enfrentar a própria hierarquia). E o soldado comum, não habituado a um ambiente tão rigoroso, sentia a “disciplina prussiana” um tanto excessiva e resistia ao modelo importado (TREVISAN, 1993: 297-298). Enfim, havia obstáculos de todos os lados e a posição brasileira contra a Alemanha na Primeira Guerra Mundial influíra na marginalização da referência germânica dentro do Exército brasileiro. O que estava em jogo, certamente, era o fato de o Exército brasileiro superar seu próprio “atraso” e para tal seria preciso, de alguma forma, inspirar-se naquilo que já era moderno. Os anos que antecederam a chegada da Missão Francesa foram de intensas discussões, primeiro porque a Primeira Guerra Mundial terminara e deixara marcas profundas na maneira de pensar a própria guerra e, segundo, porque o Exército experimentou, novamente, durante a Guerra do Contestado (1912-1916), os limites da própria instituição. Dessa forma, o Marechal José Caetano de Faria, ministro da Guerra entre novembro de 1914 e novembro de 1918, ou seja, durante boa parte dos dois conflitos, procurava na combinação entre os fatores externos e a experiência local um caminho para a evolução do Exército brasileiro. No último relatório no Ministério da Guerra, fez um balanço da pasta no governo de Wenceslau Braz (1914-1918), apresentando a reforma do Exército como uma necessidade premente. Além de desenhar um quadro geral de toda a precariedade existente, trata do intercâmbio entre militares brasileiros e europeus e a possível contratação de uma missão estrangeira para instrução do Exército brasileiro, a fim de modernizá-lo:

“Missões no estrangeiro: De acordo com as autorizações concedidas pelo poder legislativo, acha-se na Europa uma comissão de officiaes... a qual estuda as modificações introduzidas na arte da guerra pela campanha actual, verificando o que é applicável ao nosso exercito; essa missão compõe-se, além do citado

de missões militares estrangeiras de instrução junto aos exércitos latino-americanos. O Chile, por exemplo, durante a presidência de Domingo Santa María (1881-1886), contratou o capitão alemão Emilio Körner Henze, que empreendeu uma reforma no exército chileno a partir da criação da Academia de Guerra e do Colégio Militar, da formação de um eficiente Estado-Maior e da organização de zonas militares, que transformadas em divisões, permitiram, também, um adequado apoio logístico. Todas essas ações foram completadas pela aquisição de um moderno equipamento militar, pelo envio de oficiais chilenos à Alemanha e pela contratação de uma equipe de assessores alemães capazes de auxiliarem Körner no processo de transformação do exército daquele país. Também na Argentina, a reformulação do Exército ocorreu, em grande parte, sob a influência da Alemanha. Durante a década de 1890, várias comissões de compra de armamentos chefiadas, principalmente, pelo tenente-coronel Pablo Riccheri, foram enviadas à Alemanha. Além disso, o país contava com a presença de três oficiais alemães incorporados ao seu exército: Albert Von Sydow, Rudolf Von Colditz e Georg Ruhde. Finalmente, em 1899, durante a presidência de Julio Roca, chegou à Argentina uma missão militar alemã, que contou com uma equipe de militares comandada pelo coronel alemão Alfred Arent” (LUNA, 2007: 1-2).

5 MOTTA, 2001 e TREVISAN, 1993.

6 Nome dado ao grupo de instrutores selecionados por concurso, para atuar na Escola Militar do Realengo. Muitos destes eram “jovens turcos” e foram predominantes na instituição até 1924, quando a Missão Militar Francesa passou a atuar no Realengo.

general, de 23 officiaes, e como nós fazemos parte dos paizes aliados contra a Allemanha, esses officiaes estão á disposição do quartel-general dos aliados. Uma outra missão acha-se nos Estados Unidos, fazendo estudos e procurando adquirir material que nos falta “(Relatório apresentado ao Presidente da República, pelo Marechal José Caetano de Faria, ministro do Estado da Guerra, em maio de 1918. Imprensa Militar; Estado-Maior; Capital Federal, 1918: 34-35).

Caetano de Faria preferia, no íntimo, um caminho mais “nacionalizado” para o desenvolvimento da instituição, mas não recusava ou fazia restrições à contratação de uma missão estrangeira. Parecia ter consciência de não ser possível entregar aos brasileiros o comando do processo que estava em curso.

Nesse momento, a posição “germanófila” estava obviamente enfraquecida, mas ensejou a oportunidade exatamente para reforçar aquilo que Caetano de Faria anunciara no relatório: apreender a experiência estrangeira e combiná-la à brasileira. A modernização do Exército seria também o fortalecimento do caráter patriótico brasileiro. Tais considerações podem ser destacadas em um relevante editorial de *A Defesa Nacional*, de agosto de 1918. O texto trata exatamente da necessidade de uma postura nacional para se pensar o Exército brasileiro, e tomar do estrangeiro apenas aquilo que seria útil em termos locais. Intitulado “Patriotismo ad hoc e germanophilismo. Embuste evidente. Nossa orientação inabalável”, a posição da revista reforça a ideia de que a modernização do Exército se dará no encontro entre os interesses brasileiros e os modelos europeus, ou ainda, a fusão do patriotismo brasileiro com a experiência alemã. A revista não atacou a política externa brasileira, mas o possível abandono da referência germânica para o desenvolvimento da instrução do Exército brasileiro:

“Por um excesso de gratidão que bem se explica pela nossa absoluta fraqueza e porque a nossa nacionalidade ainda está em formação, temos, até agora, em actos esparsos, em opiniões dos nossos políticos mais notaveis, em consequencia de dificuldades financeiras e, mais do que em tudo isso, na consciencia popular, victima do analphabetismo e de justificada descrença dos nossos estadistas, creado e desenvolvido um sentimento que suffoca o patriotismo – o *estrangeirismo*... Os principios comprovados pela experienca em um paiz, perderão o seu valor passando as fronteiras? Não será patriotico e por isso necessario acompanhar, aprender e adoptar tudo o que de melhor souber e fizer o nosso inimigo? Em materia militar, haverá quem discuta as vantagens de elucidar desapaixonadamente tudo que o inimigo descobrir ou aperfeiçoar?... N'A Defesa Nacional nunca houve concessões pessoaes e a bajulação não ousa approximar-se das suas columnas. Ella está inscripta entre os orgãos mais patrióticos que no Brazil se imprimem vive *para o bem da sua Patria e da sua classe* – embora com constantes sacrificios pessoaes... resolvemos num rasgo de franqueza que tambem é um sacrificio, explicar, de uma vez por todas, o nosso modo de ver, de sentir e de lutar pelos sagrados interesses da Patria, a razão porque pugnamos, pela adopção entre nós, de alguns regulamentos usados por um paiz que é hoje nosso inimigo... Esse tal ‘germanophilismo’ tão lembrado por alguns que muito esqueceram e ainda esquecem seus deveres para com a Patria, deve ser applicado aos que em actos, palavras e idéas pugnaram pelo enfraquecimento do paiz, progresso de idéas dissolventes e impraticaveis e aos que, evitando a instrucção militar que sempre pedimos e a aquisição do material indispensavel para apresentar resistencia util deante do inimigo, impediram que a nação agisse de acordo com a altivez e altruísmo sempre manifestados” (*A Defesa Nacional*, nº 59, Rio de Janeiro, 10 de agosto de 1918, ano V).

O trecho revela exatamente a maneira como os “jovens turcos” e seus discípulos compreendiam a modernização do Exército. Não seria a adoção apenas de um modelo de pensamento aliado ou não, e sim, aquele, aparentemente, mais eficiente e não importava se era uma cópia do Exército alemão ou de quem quer que fosse, pois o importante era a modernização do Exército.

O “espírito prussiano”, entretanto, era excessivamente rigoroso para os padrões do Exército brasileiro na época e, por isso mesmo, segundo Trevisan, produziu um efeito grave de insubmissão na Escola Militar do Realengo. Por pregar exacerbadamente uma observância devotada das normas regimentais dos oficiais em formação, bem como um respeito inquestionável à hierarquia fez com que a Revolta do Forte de Copacabana em 05 de julho de 1922, tivesse apoio apenas da Escola Militar do Realengo, onde os “jovens turcos” e seus seguidores eram instrutores desde 1920. Para Trevisan, o desfecho da Primeira Guerra teve efeito prático no distanciamento do modelo alemão, bem como o trabalho incessante dos adidos militares francês e brasileiro, no Brasil e na França, respectivamente e do Ministro da Guerra em 1919, o general Alberto Cardoso de Aguiar. Para Cardoso de Aguiar⁷, o aspecto primordial para o afastamento brasileiro da influência germânica e uma aproximação mais intensa ao modelo francês foi a incompatibilidade de adaptação do “espírito prussiano” – interpretado por seus detratores como “excessos disciplinares” – à demanda local brasileira pela reformulação do Exército. Entre os ensinamentos mais significativos do estágio dos “jovens turcos” na Alemanha estava a ideia de disciplina e como isso ia ao encontro da noção de soldado-cidadão, uma vez que a principal função política do soldado era a defesa da pátria em todos os sentidos, inclusive a hierarquia, este último aspecto era algo bastante distante da realidade brasileira, levando-se em conta os constantes casos de insubmissão ocorridos nos meios militares brasileiros até à época. Não significa dizer, entretanto, que o “modelo francês” fosse simplesmente menos rígido, mas talvez, os franceses pudessem perceber melhor até onde podiam ir ou não em seus ensinamentos e no envolvimento com o universo militar brasileiro.

A *Defesa Nacional*, desde o posicionamento do Brasil na Primeira Guerra Mundial, baixou o tom de crítica à contratação de uma missão francesa. Também, por terem quadros simpáticos às suas bandeiras dentro da Escola Militar do Realengo onde a missão não atuaria – pelo menos até 1924 –, os colaboradores da revista passaram a ver os franceses a partir uma perspectiva menos hostil, inclusive vislumbrando de fato possibilidades de absorção do know-how de uma nação que saíra vencedora do maior conflito até então visto. O primeiro artigo sobre a Missão Militar Francesa no periódico é de fevereiro de 1920. Para além da germanofilia, ou da crítica aos “atrasados” franceses, o artigo intitulado “A missão militar francesa no Brazil” demonstrava boa vontade em receber os membros da missão. Tomando como referência o discurso do general Maurice Gamelin, primeiro chefe da delegação francesa, sobre os propósitos da missão e sua intenção de manter o que já havia sido modernizado, o periódico tem registrado o seguinte:

“Interrogámos S. Ex., sobre se na reorganização projectada, seriam postos á margem todos os regulamentos do nosso Exercito, que são adaptações dos alemães... Não viemos desfazer o que está feito – respondeu-nos o general Gamelin... Comentando esta entrevista, disse o *Jornal do Brasil* de 1º de fevereiro: “Na arte guerra da ha uma parte immutavel – a doutrina. Se o que existe nos regulamentos brasileiros, oriundos do alemão, é doutrina é cousa applicavel, que não foi destruida pela experienzia da grande guerra, nada ha que modificar” (*A Defesa Nacional*, n.º 79, Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 1920, ano VII).

Enfim, para os germanófilos de *A Defesa Nacional*, o que importava, sobretudo, era levar a modernidade ao Exército brasileiro, defendendo antes de qualquer coisa os interesses nacionais. Para Domingos Neto, especialista nas relações militares entre Brasil e França no início do século XX: Le ralentissement des activités des ‘germanophiles’, après l’arrivée des militaires français, n’a pas signifié cependant une victoire des ‘francophiles’. En vérité, les jeunes réformateurs, dans leur ensemble, l’avaient emporté dans la lutte pour la modernization” (DOMINGOS NETO, 1980: 56).

⁷ Relatório apresentado ao Vice-Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo General de Brigada Alberto Cardoso de Aguiar, Ministro de Estado da Guerra, em maio de 1919. Imprensa Militar; Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 1919.

Bibliografia

- ARON, Raymond. *Pensar a guerra, Clausewitz: a era européia*. (Coleção Pensamento Político, v. 72). Brasília: Universidade de Brasília, 1986.
- CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- DOMINGOS NETO, Manuel. “L'influence étrangère et la formation des groupes et tendances au sein de l'armée brésilienne (1889-1930)” in ROUQUIÉ, Alain (org.). *Les partis militaires au Brésil*. Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1980.
- LUNA, Cristina Monteiro de Andrade. “Pela vinda da missão militar alemã ao Brasil” in *Anais das Jornadas de 2007*, Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ. Rio de Janeiro, 2007.
- MCCANN, Frank D. *Soldados da pátria: história do Exército brasileiro, 1889-1937*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- MOTTA, Jehovah. *A formação do oficial do exército: currículos e regimes na Academia Militar, 1810-1944*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001.
- TREVISAN. As “obsessões patrióticas”; origens e projetos de duas escolas de pensamento político do exército brasileiro. Tese de doutorado em Ciência Política (Universidade de São Paulo – SP), 1993.

Documentos:

- A Defeza Nacional*, Editorial, nº 8, Rio de Janeiro, 10 de maio de 1914, ano I;
- _____ “Patriotismo ad hoc e germanophilismo. Embuste evidente. Nossa orientação inabalável” in *A Defeza Nacional*, nº 59, Rio de Janeiro, 10 de agosto de 1918, ano V;
- _____ “A missão militar francesa no Brazil” in *A Defeza Nacional*, nº 79, RJ, 10 de fev. de 1920, ano VII.
- Relatório apresentado ao Presidente da República, pelo Marechal José Caetano de Faria, ministro do Estado da Guerra, em maio de 1918*. (Imprensa Militar; Estado-Maior; Capital Federal, 1918).
- Relatório apresentado ao Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil pelo General de Brigada Alberto Cardoso de Aguiar, Ministro de Estado da Guerra, em maio de 1919* (Imprensa Militar, Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 1919).

Resumo

Este artigo trata do início da publicação da Revista *A Defeza Nacional* que, em 2013, completa 100 anos. O periódico envolveu-se, no começo de suas atividades, no debate pela escolha da missão estrangeira que auxiliaria na modernização do Exército brasileiro.

Abstract

This paper deals the 100 years of publication of *A Defeza Nacional Review*. The periodical was involved at the start of its activities, in the discussion by the choice of the foreign mission which may assist in modernizing the Brazilian army.

Palavras-chave: A Defeza Nacional; Exército brasileiro; modernização

Keywords: A Defeza Nacional Review; The Brazilian army; modernization

Resenha

From the Ruins of Empire. The intellectuals who remade Asia¹

Oliver Stuenkel*

Japan's military victory over Russia in 1905, the first time a non-Western army had beaten a traditional Western power, sent shock waves through the world and energized leading thinkers across Asia. Tagore, Sun Yat-sen, Gandhi, the 16-year old Nehru, the young soldier Mustafa Kemal (who would later become Ataturk) and a schoolboy called Mao Zedong were all ecstatic, dreaming of Asia's rise. Newborn children were named Togo, in honor of the Japanese Admiral victorious in the Battle of Tsushima. White men, conquerors of the world, were no longer invincible.

This is the opening scene of a new book by Pankaj Mishra, author of *Temptations of the West* (reviewed [here](#)). In *From the Ruins of Empire*, he writes about how Asian intellectuals thought about the intrusion of the West, which pitted Western modernity against Asian traditions, in order to explain his claim that the central event of the last century was the intellectual and political awakening of Asia.

The introductory chapter, "Asia Subordinated" reflects the horror and helplessness Asian intellectuals in India, China, Japan, Egypt and elsewhere experienced as their societies' traditions and knowledge seemed incapable of countering the West's irresistible force. As this analysis makes clear, Western occupation did not push Asian societies into the future – as is often thought in the West – but it actually thwarted industrialization by swamping markets with cheap European manufactured goods. The arrival of European medicine led to a swelling of Asian populations, which, without corresponding economic growth, led to increased poverty.

The trauma of being forced to adopt large parts of foreign cultural DNA has become an important element of Asian society's world view – as any visitor to Beijing's National Museum can attest. Mishra quotes Tagore expressing his exasperation at observing that "our only good is in rooting out the three-fourths of our society along with their very foundation, and in replacing them with the English brick and mortar as planned by our English engineers." Namik Kemal, a Young Turk, wrote that ordinary Ottomans were left 'stranded, materially and spiritually'.

The West's dominance not only led to geopolitical, but also to existential challenges – how much of Western knowledge could be imported and adopted without losing one's identity? Should non-Western intellectuals surrender completely, selectively adopt specific issues, or retreat, combat 'Westofixation' and rely on non-Western traditions, like the Wahhabis? Which identity – that of Asian or that of Muslim – is best to resist the Western onslaught? Can the Western threat cause a pan-Asian or pan-Muslim movement?

As Mishra points out, the 'comprehensive spiritual defeat' was often most eloquently expressed by artists, and he cites many poems that provide the reader with a vivid impression of the reaction to Western (mostly British) occupation.

The author centers his analysis on three characters, whose respective lives reflect the ways in which Asian societies reacted to the rise of Western modernity. Jamal al-Din al-Afghani (1838-1897), a pan-Asian intellectual, thinker, wanderer and activist, founded several newspapers across the Arab world and sought to modernize Islam and

1 MISHRA, Pankaj. *From the Ruins of Empire. The intellectuals who remade Asia*. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2012. 356 p. ISBN: 978-0-374-24959-5

* Professor adjunto de relações internacionais da Fundação Getúlio Vargas – FGV (oliver.stuenkel@post.harvard.edu).

create a common identity so that population in India, Egypt and Turkey could compete with the West. This chapter in particular is very well-written and ought to be read by scholars and policy makers who deal with contemporary politics in the Middle East and Central Asia.

Liang Qichao (1873-1929), a Chinese thinker, struggled with absorbing some of the virtues of the West while maintaining Confucianism, which provided the political and social basis of Chinese society. Could a modern Chinese nation come into being without destroying China's proud cultural identity? Was nationalism or cosmopolitan pan-Asianism the answer?

Rabindranath Tagore (1861-1941) dealt with very similar challenges. Tagore had doubts about whether other Asian nations should follow modernizing Japan, which was seen by many Asians as a model: "The New Japan", Tagore argued during a reception in Tokyo with the Japanese prime minister, "is only an imitation of the West." He saw many advantages in eastern civilization over a demoralized and inhumanely utilitarian West, yet in the end he was shocked by Japanese expansionist tendencies, reducing his enthusiasm for pan-Asian ideas.

Mishra's choice to focus on lesser-known figures (rather than write on 'Asia's great thinkers') makes *From the Ruins of Empire* a far more subtle and exciting book. Much more than merely intellectuals, the characters in his book are restless plotters, and all committed grave tactical mistakes as they sought to get politically involved.

The author makes a bold contribution to the global history of ideas, providing space and attention to events and individuals who have, until now, been little known by Western scholars. Western readers are likely to object to Mishra's strong focus on the horrific crimes committed by European imperialist powers. Still, considering the book's vast range, Mishra's account is remarkably well-researched, balanced and engaging.

The book throws up a series of intriguing questions. Why are Asia's leading thinkers so much further apart today than was the case a century ago? Except for attempting to react to Western ideas on global order, is there any chance that today's thinkers come up with innovative intellectual contributions to counter those of the West, many of which have manifestly failed? These questions are of great importance for the contemporary global debate, which continues to be shaped by Western ideas and ethics. As global power shifts towards the East, how will Asian thinkers react to their region's newfound power and capacity to assume thought leadership?

Received February 1st, 2013

Accepted February 16th, 2013

Resenha

*Mundo 3.0: como alcançar a prosperidade global*¹

Diego Trindade d'Ávila Magalhães*

Pankaj Ghemawat é um prodígio indiano que concluiu seu doutorado na Harvard Business School aos 22 anos de idade e se tornou o mais novo professor em tempo integral que essa instituição já teve². Ele publicou *Mundo 3.0: como alcançar a prosperidade global* pela Harvard Business Press Books em 2011, e a editora Bookman, de Porto Alegre (RS), lançou-o no Brasil no ano seguinte.

Mundo 3.0 derivou de um premiado artigo³ em que o autor critica *O Mundo é Plano*, de Thomas Friedman. A revista The Economist⁴, que costuma mencionar as ideias de Ghemawat, considera equilibrado e convincente o contraponto que ele faz à eufórica obra de Friedman.

Para Friedman, “Mundo 1.0”, “Mundo 2.0” e “Mundo 3.0” denotam fases da globalização marcadas pelas grandes navegações, pela Revolução Industrial e pela rede mundial de computadores. Para o autor, a última e atual fase tornou o mundo “minúsculo”, onde indivíduos – não mais Estados nem empresas – constituem os agentes dinâmicos da globalização, competindo e colaborando globalmente⁵.

A perspectiva de Ghemawat remete ao início da história humana, há mais ou menos 200 mil anos, até 3000 a.C., época em que existiam aproximadamente 1 milhão de entidades políticas independentes, a maioria constituída por uma tribo ou mesmo por uma grande família. Nesse contexto, “o círculo de confiança que definia o limite entre “nós” e “eles” não se estendia muito nessas sociedades” (p. 6). Essa é a referência do Mundo 0.0, o tipo ideal que descreve o período, segundo Ghemawat.

A escala das interações entre pessoas passou da local para a nacional no Mundo 1.0, quando se formaram menos de 200 entidades políticas independentes entre 3000 a.C. e 2000 d.C. Com o surgimento de Estados, “as fronteiras nacionais tornaram-se cruciais no Mundo 1.0, estabelecendo uma separação rigorosa entre o âmbito doméstico e o internacional” (p. 7). O Mundo 1.0 remete a círculos de confiança que envolvem milhões de indivíduos, afirmando “diferenças e identidades culturais sólidas” (p. 222) e fronteiras entre o nacional (território, cultura, economia, etc.) e o estrangeiro.

Perto do ano 2000, muitos, a exemplo de Friedman, passaram a crer que o mundo é plano, uma “aldeia global” que tende à homogeneização cultural. Ghemawat considera essas ideias exageradas e associa-as ao seu conceito de Mundo 2.0, que implica um mercado globalmente integrado e desregulamentado. Os tipos ideais de Mundo 1.0 – pouco integrado e muito regulamentado – e de Mundo 0.0 – nem integrado nem regulamentado – tampouco correspondem à realidade atual.

1 GHEMAWAT, Pankaj. *Mundo 3.0: como alcançar a prosperidade global*. Porto Alegre: Bookman, 2012, 414 p., ISBN 8540701081.

* Professor de Relações Internacionais no Centro Universitário Ritter dos Reis – UniRitter e Doutorando em Estudos Estratégicos Internacionais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS (diegotdm@gmail.com).

2 GHEMAWAT, Pankaj. “About Professor Ghemawat”. Disponível em: <http://www.ghemawat.com> Acesso em: 03/04/2013.

3 GHEMAWAT, Pankaj. “Why the World Isn’t Flat”. Foreign Policy, mar/abril, 2007.

4 THE ECONOMIST. “Schumpeter. The case against globaloney. At last, some sense on globalization”. 20 abr. 2011. Disponível em: <http://www.economist.com/node/18584204> Acesso em: 03/04/2013.

5 FRIEDMAN, Thomas. *The World is Flat: A Brief History of the Twenty-First Century*. 3a ed. Nova York: Picador, 2007.

Para Ghemawat, o conceito de Mundo 3.0 descreve melhor este mundo, que não é tão globalizado quanto muita gente acha (p. 63). Qual é a proporção do que é internacional em relação ao total de fluxos de pessoas, de informações e de dinheiro? “Os imigrantes de primeira geração representam apenas 3% da população mundial [...], é possível estimar que cerca de 90% da população mundial nunca sairão do país em que nasceram” (p. 27). Do total de minutos de chamadas telefônicas, apenas 2% são internacionais; o tráfego da *Internet* que atravessa fronteiras nacionais se aproxima de 18%; apenas cerca de 9% do total de investimentos fixos (em formação bruta de capital fixo) é internacional; das ações na bolsa de valores, cerca de 20% pertencem a investidores estrangeiros (p. 25-29). Toronto comercializa muitas vezes mais com Vancouver do que com Seattle, embora a distância seja a mesma, e as tarifas sejam mínimas.

O mundo é, portanto, semiglobalizado, e seu mercado é regulamentado e parcialmente integrado. Ghemawat propõe mais integração e melhor regulamentação, para diminuir as distâncias reais e imaginadas entre indivíduos e, assim, gerar crescimento econômico, respeito às diferenças culturais e paz. O Mundo 3.0 trata-se de uma síntese entre os que querem reforçar fronteiras nacionais e os que desejam abri-las às interações globais.

O autor ressalta soluções para o medo de estrangeiros e para falhas de mercado, sem que se fechem fronteiras. Ao pensar em abrir-se à cultura estrangeira, é preciso fazer uma análise de custos e benefícios, considerando que interações culturais favorecem a inovação nas artes e nas ciências, por exemplo (p. 227). Os Mundos 0.0 e 1.0 “representam uma abordagem “nós contra eles” que ignora completamente o bem-estar dos estrangeiros”, já o Mundo 2.0 ignora essa diferença identitária (p. 17). Entre o cosmopolitismo do Mundo 2.0, o nacionalismo do Mundo 1.0 e o comunitarismo do Mundo 0.0, existe o “cosmopolitismo enraizado” do Mundo 3.0, “que sugere que conexões profundas com certas pessoas e locais são necessárias para cultivarmos nossa capacidade individual de viver uma vida cosmopolita” (p. 312). Ghemawat argumenta que a educação, o turismo e a migração podem ampliar conhecimentos que superem preconceitos e o medo de estrangeiros.

Além disso, Ghemawat sugere que se avaliem melhor os benefícios da abertura econômica. Além do aumento dos excedentes dos consumidores e dos produtores e da diminuição dos custos de produção, o comércio internacional aumenta a variedade e a qualidade das mercadorias e acirra a concorrência, por exemplo. As importações e os investimentos estrangeiros diretos ajudam a gerar e a difundir tecnologias e conhecimento.

Embora os argumentos de Ghemawat sejam mais consistentes que os de Friedman, também podem ser contestados. Por exemplo, a categoria “Mundo 1.0” é apresentada como um tipo ideal que descreve um período excessivamente longo e complexo. Mas um conceito que enquadra cinco milênios acaba perdendo sua essência.

Ressalta-se que o próprio autor superestima a globalização. Os dados percentuais que se referem a fluxos transfronteiriços de pessoas, de bens e de ideias incluem tanto os fluxos intra-regionais quanto os globais. Mas a globalização refere-se ao alcance interregional ou intercontinental. Assim, considerando-se apenas transações *globais*, aqueles números seriam bem menores.

Ghemawat convida o leitor a explorar os indicadores que atestam os verdadeiros níveis de globalização e a pensar nos benefícios do aumento da convivência humana. Deveriam aceitá-lo os estudiosos da globalização e de temas como a economia mundial, as ameaças à diversidade cultural e os desafios ao Estado-nação.

Recebido 11/04/2013

Aprovado 22/04/2013

Resenha

A intervenção dos EUA no Iraque: uma visão a partir do discurso¹

Aureo de Toledo Gomes*
Tainah Espíndola**

Um dos reconhecidos avanços propiciados pelo chamado Terceiro Debate em Relações Internacionais foi ter aberto a possibilidade de diálogo entre a área e outros ramos das Ciências Humanas, tais como a Filosofia, Sociologia e Linguística. Tal abertura proporcionou um estreitamento dos laços com o que se convencionou chamar *Virada Linguística*, movimento intelectual que colocou em cheque a concepção representacionalista da linguagem, isto é, a mesma não seria apenas um reflexo das condições materiais e/ou ideacionais da sociedade e às suas funções descriptiva e representacional seria mais do que oportuno considerarmos seu caráter produtivo, ou seja, sua capacidade de criar identidades e posicionar sujeitos e objetos em relações entre si.

Nesse sentido, uma tradição intelectual interessante para se refletir sobre o papel da linguagem na construção do real é a Análise Crítica do Discurso (*Critical Discourse Analysis*), especialmente a contribuição de Norman Fairclough, mais conhecida como *Teoria Social do Discurso*. Acolhendo influências marxistas significativas, como o dialogismo de Bakhtin e a concepção de hegemonia de Gramsci, mas também influenciado por ideias foucaultianas, especialmente o aspecto constitutivo do discurso e a natureza discursiva do poder, Fairclough define o discurso como uma forma de prática social, um modo de se agir sobre o mundo e sobre a sociedade, enfim, um elemento da vida social que se interconecta com demais práticas. Em suma, o discurso possui uma relação dialética com a realidade, influenciando-a, mas também sendo influenciado por ela, e a ambição do autor, ao longo principalmente de três obras (FAIRCLOUGH, 2008; CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1998; FAIRCLOUGH, 2003) foi desenvolver uma teoria do discurso que possibilitasse os analistas a unir a análise linguística dos textos com abordagens da teoria social.

Feito tal preâmbulo, a obra ora resenhada é, em nosso entender, uma contribuição significativa para evidenciar a potencialidade da *Teoria Social do Discurso* de Fairclough para o estudo de objetos privilegiados na área de Relações Internacionais. *The Soft Power of War*, coletânea de artigos inicialmente publicada no *Journal of Language and Politics* e organizada por Lilie Chouliaraki, é um esforço de congregar diversos analistas críticos do discurso para investigar as implicações da invasão norte-americana ao Iraque. Retomando a famosa expressão de Joseph Nye, Chouliaraki argumenta, na introdução do livro, que o intento dos autores é verificar como o discurso contribui para o exercício do poder brando (*soft power*), ou seja, como a linguagem consegue normalizar e, em última instância, tornar legítimas práticas de dominação que perpetuam um dado *status quo*. Para tanto, o livro está dividido em 6 capítulos, divididos em dois grandes temas, quais sejam, a guerra no discurso político (*the war in political discourse*) e a guerra no discurso da mídia (*the war in media discourse*). É para a apreciação dos capítulos que agora procedemos.

No primeiro capítulo, intitulado *The Language of neofeudal corporatism and the war on Iraq*, Phil Graham e Allan Luke, a partir da análise da conjuntura e dos discursos de George W. Bush, Tony Blair e John Howard,

1 CHOULIARAKI, Lilie (ed.) *The Soft Power of War*. Philadelphia: John Benjamin Publishing Company, 161 p.p. ISSN: 9027222339

* Professor do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia – UFU. Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo – USP (aureo@ie.ufu.br).

** Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Uberlândia – UFU (tainahespindola@yahoo.com.br).

desenvolvem o argumento de que o corrente contexto geopolítico e econômico pode ser mais bem compreendido a partir do conceito de corporativismo neofeudal (*neofeudal corporatism*). Segundo os autores, tal conceito consegue capturar a dinâmica das relações políticas e econômicas a partir da invasão do Iraque de forma mais precisa visto que: (1) as relações entre EUA, Inglaterra e Austrália seriam uma forma de *comitatus* contemporâneo, uma relação de vassalagem entre o líder político hegemônico (no caso, Bush) e seus aliados (Blair e Howard), que conseguem benefícios políticos e econômicos com tal alinhamento; e (2) os componentes corporativos do hegemônico, tais como as empresas e demais elementos econômicos do poderio norte-americano, estariam espalhados pelo mundo, a serviço da manutenção da dominação. Ademais, a distribuição de benefícios, muito comum no feudalismo, estaria aqui presente, na medida em que determinadas empresas norte-americanas conseguiram para si os contratos da reconstrução iraquiana, e a adesão da Austrália à coalizão foi alcançada mediante acordos de livre comércio, segundo os autores. Dos capítulos do livro, certamente é o mais controverso, na medida em que não fica claro como a nova categoria pode dar conta da dinâmica das relações entre os países que intervieram no Iraque e das consequências de tal ação relegando, por exemplo, atores importantes como China e Rússia.

O segundo capítulo, *Blair's contribution to elaborating a new doctrine of international community*, de autoria do próprio Norman Fairclough, tem objeto e foco mais bem delimitado que o primeiro: mediante uma seleção de discursos do ex-premiê britânico de 1999 a 2003, o autor pretende mostrar como Tony Blair contribuiu para uma nova concepção de comunidade internacional e segurança internacional. Para tanto, Fairclough debruça-se sobre como Blair narra as mudanças mundiais neste período e quais seriam os novos desafios que perpassam o sistema internacional. Nos discursos de 1999, a globalização era a grande novidade: tinha capacidade de agência, pois transformava as economias de todos os países, impactava eventos locais ao mesmo tempo em que era compreendida como ameaça econômica, na medida em que problemas financeiros na Ásia afetavam o cotidiano dos britânicos. Contudo, nos discursos de 2002, a ameaça global de eventos locais é muito mais pronunciada, certamente devido aos eventos de 11 de setembro, o que acarreta em uma maior ênfase na dimensão militar, e não financeira do perigo e a globalização seria um facilitador para a propagação de tais perigos.

Com relação à concepção de Blair sobre segurança internacional, o foco do trabalho de Fairclough é sobre como são representados o Ocidente e seus antagonistas. Tanto nos discursos de 1999 como 2002 há uma visão maniqueísta do mundo, dividido entre os aliados e os inimigos; porém, se em 1999, à época do conflito no Kosovo, o perigo emanava de ditadores, em 2002 as ameaças advêm de forma mais pronunciada do terrorismo e das armas de destruição em massa, ainda que as últimas tornem-se apenas uma ameaça nas mãos erradas. Ademais, a ameaça oriunda dos países que supostamente patrocinam o terrorismo é mais elaborada agora, pincelada com expressões como 'caos', 'instabilidade', 'desordem', entre outros adjetivos e substantivos pejorativos. Por fim, as justificativas para intervenção militar são sempre retrospectivas, ou seja, legitimadas pelos prováveis bons resultados que, ao fim e ao cabo, os aliados conseguiram empreender.

O último artigo do bloco temático sobre discurso político é de Teun van Dijk, cujo título é *War rhetoric of a little ally: political implicatures and Aznar's legitimation of the war on Iraq*. A ideia do autor é analisar os discursos feitos no parlamento espanhol pelo então primeiro ministro José Maria Aznar, entre fevereiro e março de 2003, em apoio à intervenção militar dos EUA no Iraque. Segundo o autor, o principal motivo pelo qual Aznar defende a intervenção americana contra Saddam Hussein, a despeito do rechaço da opinião pública espanhola, seria para enfatizar que seu governo encontrava-se a favor da paz. Por conseguinte, o então primeiro ministro tenta consolidar a ideia de que a luta contra o terrorismo é uma luta justa e que quem não se encontra a favor dela, não está a favor da paz e democracia. O desdobramento lógico seria enquadrar o Partido Socialista Espanhol como contrário à paz e às forças democráticas, porquanto não era a favor da intervenção e, consequentemente, não seria favorável a derrotar o terrorismo. Para tanto, Aznar faz uso do pronome "nós" referindo-se às democracias ocidentais, aquelas responsáveis pela segurança global e pela ordem internacional. Em contraposição, o pronome "eles" é usado para

indicar aqueles que colocam em risco a segurança da comunidade internacional, restando a “nós” a obrigação de manter “eles” sob controle. Em suma, temos uma tentativa de traduzir o debate político doméstico com os termos da Guerra ao Terror.

O primeiro capítulo do bloco sobre o discurso da mídia é de Bessie Mitsikopolou e Dimitris Koutsogiannis, intitulado *The Iraq War as curricular knowledge: from the political to the pedagogical divide*. Seguindo o espírito da *Teoria Social do Discurso* e mesmo a natureza do conceito de poder brando, tal como postulado por Nye, a ideia é mostrar que a construção da hegemonia perpassa todas as camadas da sociedade e, portanto, a importância do impacto das representações da invasão nos currículos escolares. Em linhas gerais, os autores analisaram o impacto que dois sítios de informação conseguiram ter sobre estudantes de ensino fundamental e médio, sendo um em apoio à intervenção armada estadunidense no Iraque, o *News Hour Extra*, e outro com uma proposta mais crítica, o *Rethinking Schools*. Os autores destacam como os discursos pedagógicos dos sítios foram capazes de influenciar o posicionamento dos estudantes: enquanto o *News Hour Extra* enviesava as questões aos estudantes, direcionando seus posicionamentos, o *Rethinking Schools* optava por lições mais críticas sobre a necessidade da guerra. Outro ponto levantado pelos autores é o fato de que o sistema educacional americano exige a aplicação de provas para medir o conhecimento de seus alunos e o *Rethinking Schools*, não concordando com esse método, não previa a aplicação das mesmas em suas lições. Isso acabou por tornar as lições do *News Hour Extra* mais comuns entre os professores americanos por se adequar aos padrões exigidos no sistema educacional americano.

A segunda contribuição do bloco sobre mídia é o artigo *Computer games as political discourse: the case of Black Hawk Down*, de autoria de David Machin e Theo van Leeuwen. Tendo em vista a capilaridade dos discursos oriundos dos filmes de Hollywood e dos jogos eletrônicos na população, o propósito do capítulo é analisar como a intervenção americana na Somália, ocorrida em Março de 1993, é representada no filme e jogo de vídeo game, ambos chamados *Black Hawk Down*. No caso em tela, destaca-se como tanto o jogo quanto o filme foram construídos através de um longo processo de negociação com o Pentágono, para que nenhuma informação contraria à concedida pelo governo americano fosse passada. Por conseguinte, tomou-se cuidado na construção e representação dos personagens: os soldados são heróis capazes de levar a democracia; os civis somalis são famintos e tem a aparência sofrida, resultado do governo ditatorial e tirânico de Aidid, o qual deveria ser derrotado. Logo, a constituição desses sujeitos é fundamental na construção da narrativa da história e na comoção dos que jogam e assistem ao filme. Assim sendo, a ideia principal é que mediante a construção de identidades nesses tipos de mídia, os discursos produzidos ajudam a legitimar a intervenção militar, ainda que *a posteriori*.

Por fim, o último capítulo, de Lilie Chouliaraki, é *Spetacular ethics: on the television footage of the Iraq war*. Nesse capítulo, a autora destaca o papel da televisão como formadora da opinião pública sobre a guerra no Iraque, em especial os telejornais das redes BBC e CNN. Ao mostrarem os efeitos destrutivos da guerra, os telejornais sob análise conseguem manter a opinião pública à favor da intervenção militar: assim, segundo Chouliaraki, o argumento humanitário de que os soldados americanos estavam no Iraque para salvar o povo iraquiano da tirania do regime de Hussein acaba higienizando todos os horrores perpetrados pela intervenção. Ademais, os repórteres que cobriram a guerra, ao se mostrarem como testemunhas oculares dos eventos, acabavam provendo – ainda que de forma não intencional – mais legitimidade ao discurso e à intervenção, pois atestavam *in loco* a tirania do regime de Saddam Hussein. A autora ressalta também que, embora a guerra estivesse sendo mostrada em tempo real, não se televisionavam os estragos que essa causou, isto é, privilegiou-se uma visão panorâmica dos bombardeios, mas não o sofrimento dos civis, os hospitais cheios de feridos e as ruas destruídas. Dessa forma, a autora conclui, os telejornais foram decisivos nos processos de normalização e legitimação da guerra no Iraque.

Somadas as contribuições, temos uma importante obra que procura operacionalizar as ideias e conceitos da Análise Crítica do Discurso, mostrando como a linguagem é um componente fundamental para, ao influenciar a construção da realidade, permitir que a dominação e a hegemonia se perpetuem nas diversas esferas sociais. Assim,

o livro contribui de duas maneiras importantes para a área de Relações Internacionais: é um guia que possibilita aos leitores entender os aportes teóricos e metodológicos da *Teoria Social do Discurso* de Fairclough, ao mesmo tempo em que é uma intervenção no debate político, ao mostrar que a representação do Iraque pré e pós – intervenção, com destaque para a benevolência dos atores externos e a barbárie local, são construções sociais e nada tem de naturais, passíveis de serem constantemente questionadas e – com um pouco de otimismo – transformadas.

Referências Bibliográficas

- CHOULIARAKI, Lilie; FAIRCLOUGH, Norman (1999). *Discourse in Late Modernity*. Edinburgh: Edinburgh University Press.
- FAIRCLOUGH, Norman (2003). *Analysing Discourse: textual analysis for social research*. London: Routledge.
- FAIRCLOUGH, Norman (2008). *Discurso e Mudança Social*. Brasília: Editora UnB.

Recebido em 04/12/2012

Aprovado em 14/12/2012